



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Falha na transmissão. Registro prejudicado

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Com a presença desta Vereadora e com a presença das Vereadoras Luana Alves, Ely Teruel e do Vereador Toninho Vespoli, de forma *on-line*, regularmente convocados nos termos do artigo 43 do Regimento, declaro aberta a presente audiência pública.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

A pauta desta audiência é a violação aos direitos da população em situação de rua, promovida pela Prefeitura de São Paulo nas ações de zeladoria urbana, audiência aprovada na última reunião da Comissão. Para esta audiência, convidamos o Poder Público, porque temos a presença de diversos movimentos de catadores e catadoras, movimentos em defesa da população em situação de rua, em defesa dos direitos humanos, de lutadores e lutadoras. O que a gente quer é estabelecer, sim, soluções para a população em situação de rua. Então, convocamos o Poder Público, mas nem todos os convocados estão presentes.

Foram convocados para esta audiência os Srs.: Sr. Carlos Bezerra, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – que não está presente; Soninha Francine, Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, que está representada pela Sra. Luiza Trotta, Coordenadora de Políticas para a População de Rua, Sr. Alcyr Barbin Neto, da Ouvidoria de Direitos Humanos; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras, que não está presente; e o Sr. Álvaro Batista Camilo, Subprefeito da Sé, representado pelo Sr. Luiz Arruda, que está *on-line*.

O mais importante é que a gente gostaria das pessoas aqui. É importante fazer essa ponderação.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Mas o bom é que a gente está fazendo a nossa parte, com participação popular, com os movimentos vindo aqui falar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Gente, às vezes, a gente pergunta: população em situação de rua é só uma situação municipal ou é uma questão estadual e nacional? É uma questão em todos os âmbitos da Federação.

Convido a compor a Mesa e peço uma salva de palmas para a Deputada Estadual Thainara Faria. (Palmas). Ela é uma companheira de luta, está na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Vocês sabem: a gente perdeu o Suplicy, que estava aqui, na Câmara Municipal com a gente, e agora ele está na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com a Deputada Thainara, que também está presente hoje e acabou de ser eleita como Deputada Estadual.

Chamo, para compor a Mesa, alguns representantes dos movimentos presentes. Primeiro, a nossa querida Roseli Kraemer Esquillaro, do Movimento Nacional de Luta da População de Rua. Uma salva de palmas para essa lutadora. (Palmas) Chamo a Luzia Honorato, que estava compondo com a gente a Comissão para tentarmos entrar na Prefeitura. Ela é do Movimento Nacional de Catadores de Materiais de Reciclagem. (Palmas). Chamo também o nosso conhecido comandante Anderson Nassif, também do Movimento Nacional de Luta da População em Situação de Rua. (Palmas)

Dando início a esta fala de abertura, quero deixar registrado que hoje foi um dia de muita luta. Começamos o nosso ato a partir das 10 horas lá na frente da Prefeitura Municipal, onde a gente encontrou os movimentos sociais e onde a gente se colocou à disposição do diálogo.

A gente levou uma carta organizada e assinada por mais de 15 movimentos da população em situação de rua e de direitos humanos. Fizemos um grande ato na frente da Prefeitura. Tentamos dialogar com a Prefeitura. Montamos uma Comissão em que a gente tentou chegar até o Poder Público, mas a gente só conseguiu chegar até o balcão do Protocolo. A gente protocolou a carta, e a única resposta que tivemos hoje da Prefeitura de São Paulo foi um processo SEI, que é um processo administrativo que eles abrem.

O que a gente gostaria é que a gente fosse atendida, que a carta fosse lida, que a gente levasse todas as demandas da população em situação de rua. Logo em seguida, a gente veio para cá para fazer essa audiência e ouvir a população. Então, esta audiência é para ouvir todas as demandas. Então, quem quiser se inscrever, se inscreva já, com a Malu. É só levantar a mão, que ela vai até vocês; não se desloquem dos seus espaços, por favor, para conseguirmos continuar a audiência.

Todo mundo aqui sabe – e quero reafirmar para quem não sabe – que a gente está vivendo uma situação de crise humanitária na nossa cidade. Porque a gente tem aproximadamente 50 mil pessoas em situação de rua, pessoas que estão passando fome, pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, pessoas que perderam os empregos, que perderam suas casas em processos de despejo, de reintegração de posse, pessoas que estão tentando sobreviver, porque isso não é vida. Vida, a gente fala que tem quando a gente tem condições de trabalho e direitos, e o que está acontecendo na nossa cidade é uma série de negativas de acesso aos direitos humanos, à moradia, à educação de qualidade, à saúde.

Então, é preciso que a gente venha aqui ocupar esta Câmara para a gente denunciar essa situação, porque tem gente que quer esconder a população em situação de rua, tem gente que quer esconder essa crise humanitária; mas nós, aqui, queremos resolver. A gente quer saída qualificada para essa situação, e nada mais importante do que ouvir as pessoas que estão vivendo essa situação de maneira muito triste. É muito triste nós que estamos aqui, representantes do povo, ocupando esta Câmara Municipal, vemos a cidade do jeito que ela está enquanto a gente tem o maior caixa da história desta cidade. Então, falta ainda um olhar humanitário, um olhar para essa situação.

Antes de passarmos a palavra, não sei se vai dar para passar algumas mídias. (Pausa). Porque a gente fala, fala, fala, as pessoas vêm aqui, falam, denunciam, mas às vezes as pessoas precisam ver a situação para acreditar. Às vezes, a gente só crê vendo, então trouxemos essas mídias para que a gente possa relatar nesta audiência pública todos os casos de violação dos direitos humanos.

Na última semana, também fizemos uma diligência com o Deputado Guilherme Boulos e outros parlamentares nos centros de acolhida, vendo uma situação precarizada desses equipamentos. A gente sabe que tem muquiranas, problemas de estrutura. Tinha até lugar em que estava caindo um muro, gente. Depois que a pessoa morre, não adianta virem pedir desculpas. Então, é preciso que a gente tenha esse olhar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pois é. Uma situação de insegurança total.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Nós vamos passar um vídeo.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pois é.

Isso é para vocês verem como têm sido as ações. Quando se fala em zeladoria urbana, a gente tem visto uma série de práticas que a gente já tinha vencido. A gente já tinha estabelecido que não era possível arrancar barracas e pertences, e a gente viu a volta dessa ação truculenta e higienista. Por isso é que a gente abriu, pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, esse espaço para vocês falarem.

Antes de passar às falas, quero passar a palavra aos representantes dos movimentos sociais. Depois, abrirei para as pessoas que estão presentes. Em seguida, a gente retorna para a Mesa. Acho que esse é o melhor caminho para a gente poder, de fato, ouvir as demandas da população.

A SRA. ELY TERUEL – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pela ordem, Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Só registrar a presença, por gentileza e para dizer que estou aqui acompanhando *on-line*.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Vereadora. Sua presença é muito importante para esta Comissão.

A SRA. ELY TERUEL – Sem dúvidas. E a gente está aqui para agregar, para trabalhar bastante.

Quero já parabenizar todos os que estão nesta auditório hoje e dizer o quanto nós estamos empenhados nesta causa, que é tão importante para a nossa cidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Vereadora.

É importante dizer que a Vereadora também faz parte da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Então, é importante que a gente tenha todos os representantes Vereadores desta Comissão atentos. E estou aqui anotando tudo para a gente depois relatar.

Passo a palavra para a Luzia, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

Obrigada pela sua presença, Luzia.

A SRA. LUZIA HONORATO – Eu que agradeço, gente. Boa tarde, pessoal.

A gente está junto desde às 10 horas da manhã nessa caminhada. Quero aproveitar e cumprimentar os Vereadores que estão *on-line*. Cumprimento a Mesa, as Sras. Vereadoras, o Anderson, companheiro do PopRua, e todo o pessoal que está aqui, do Movimento Nacional dos Catadores. E vamos começar a gravar para deixar para a história.

A coisa é muito complicada; então, eu peço a atenção de todos os Vereadores e companheiros. Vou falar enquanto movimento e enquanto parte das cooperativas formalizadas da cidade de São Paulo, para que a gente comece a ter um olhar de humanismo. Precisamos humanizar. E para humanizarmos, precisamos nos conhecer. Se nós não nos conhecermos, a gente não consegue ter uma boa comunicação. E essa boa comunicação é que faz de nós seres humanizados. Então, precisamos nos humanizar e sermos unidos para que achemos os caminhos juntos, porque isolados somos nada.

Cidade de São Paulo. Para começar, nós catadores organizados das cooperativas tivemos vários prejuízos: tanto na implementação, há 20 anos, como em todo o decorrer por conta das mudanças de governo constantes. Mudanças constantes de governo são um problema

gravíssimo. Nós temos Vereadores nesta Casa – que é de todos, que é nossa – que permanecem muito tempo, mas que não conseguem por muito tempo fazer aquilo que nós precisamos; e temos Prefeitos que entram e saem ao longo desses 20 e poucos anos. E isso traz para nós um transtorno absurdo: quando o governo está começando a entender o que é a necessidade de fazer a coleta seletiva na cidade, por vários motivos, ele troca. Aí, o próximo governo que entra vai começar tudo de novo.

Então, gente, é um problema gravíssimo, que a gente não tem ainda como apontar uma forma de solucionar esse problema. Independentemente de partido, de cara bonita, muda o governo a cada quatro anos, vamos começar do zero de novo. Demora para a pessoa entender que nós somos catadores, que nós limpamos a cidade, que nós não somos remunerados, que nós não estamos nos planos de políticas públicas, que nós brigamos para construir uma política pública justa que remunere o trabalho do catador, que a gente incentive os nossos companheiros de rua para que eles possam desenvolver essa atividade, que nós produzimos diariamente 18 mil toneladas de material, dos quais eu acredito que 50% são recicláveis, e, sendo recicláveis, podemos devolver para a cadeia produtiva, como a gente vem fazendo. Os companheiros que estão aqui sabem que a nossa luta não é brincadeira.

Então, vou aproveitar este momento para falar que nós estávamos lotados primeiro na Limpurb. Depois, criaram um órgão chamado Amlurb. O tempo passa, muda o governo, aí acabaram com a Amlurb e colocaram SP Regula, que não sabe regular nada – desculpem, se estiver algum representante de SP Regula aqui e desculpem, inclusive, a minha forma um pouco indelicada de dizer, mas não está sabendo regular nada, porque não está sabendo nem conversar com a gente, que estamos humildemente tentando dizer: somos seres humanos que trabalhamos de graça para a Prefeitura de São Paulo, que paga para enterrar o lixo, mas não quer pagar para a gente devolver para a cadeia produtiva. (Palmas)

Pois bem. Infelizmente, nossa história levaria uma semana para vocês conhecerem a metade dela, e eu preciso contar em pouquíssimo tempo, porque a sala está cheia e todo mundo tem direito de se expressar e colocar como está vendo. O que eu tenho percebido é que

nós temos estudado muito para sermos bons gestores, mas continuam dizendo que nós somos oportunistas, que nós somos pessoas incapazes, incompetentes. Por mais que a gente faça formação de logística, de cooperativismo, de contabilidade, pedimos para as universidades nos ensinarem a fazer a nossa contabilidade, e elas não sabem fazer, porque o nosso produto é único. Então, quem sabe fazer a nossa contabilidade somos nós. Não é, não, catadores?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. LUZIA HONORATO – Pois bem.

Depois que a SPRegula entra na história, vai se embora a Limpurb e vai se embora a Amlurb. Nós vamos continuando. A gente teve aí o advento maravilhoso de entrar na Secretaria de Planejamento e Trabalho, onde a Secretária não se dignou a chamar ainda as cooperativas. Ela chamou meia dúzia de cooperativas, que são dos nossos companheiros também. A gente não pode negar os companheiros, mas a maioria não está contemplada.

— Temos problemas de documentação nas nossas cooperativas e dos nossos grupos? Temos sim, só que nós temos problemas por quê? Porque a relação de documentos que pedem para a gente apresentar, por incrível que pareça, é um pouquinho mais do que a documentação que pedem para uma empresa privada. Gente, o que é isso? Cooperativa de reciclagem é uma ação dentro da economia solidária. É uma nova economia que está se construindo nesses últimos vinte anos, que já não é tão nova, para que se faça a inclusão daqueles que não estão incluídos no mercado de trabalho. Então, está havendo realmente um desencontro enorme entre governo, catador e toda uma sociedade que entende que catador tem que pegar o lixo da sociedade. Não, nós temos que pegar o material reciclável.

Então, assim – uma vez, me falaram: “Ah, a Luzia fez um desabafo”. Não, não. Não estou fazendo desabafo, não. Eu estou fazendo denúncia; é denúncia. Isso aqui não é desabafo, não. Eu não tenho vergonha para falar para o povo as coisas certas, não. Nós somos o povo e estamos sendo tratados não como empreendedores solidários e não como mulheres que precisam ser respeitadas dentro de toda a sua história de desigualdade de gênero. Nós conquistamos, a duras penas, para estarmos hoje em posição de sentar numa mesa e dizer:

“Preciso ser respeitado. Sou um trabalhador e, como trabalhador, tenho que ser tratado, e o produto que eu recolho da rua, o produto que eu recolho das lixeiras das pessoas tem o nome, para ele ser produto”.

É educação ambiental. A gente precisa falar para a sociedade que o lixo tem que ser mandado para a compostagem, para fazer adubagem e a gente voltar a alimentar nossa reforma agrária e o nosso povo, para plantar comida para nós, para a gente exportar e para encher nossa barriga. Agora, o que têm que devolver para a cadeia produtiva, a gente tem que devolver para a cadeia produtiva, e é necessário que o governo tenha esse olhar.

Então, quando saiu a política nacional dos resíduos sólidos agora, em 2010, nós imediatamente, em São Paulo, que eram necessárias, para contemplar a necessidade da nossa cidade, 96 cooperativas, para tentarmos ver se davam conta. Era necessário. Pois bem, fizeram primeiro três centrais e depois fizeram mais dez. Ficaram treze. Aumentaram para vinte, depois para trinta e agora caiu. Acho que deve haver umas 23 centrais mais ou menos.

Estão fazendo reuniões à parte, com alguns trabalhadores da reciclagem, mas não estão contemplando nem um terço da cidade de São Paulo, que é enorme. Então, tem que ser olhado como cidade de São Paulo.

Então, precisamos ter coleta seletiva nos 96 distritos e precisamos de recursos e de sermos reconhecidos de que os preços não pagam para sobrevivência. É necessário que a gente se fixe no pagamento pela prestação de serviço, porque quem trabalha precisa receber por isso.

Podem bater palma, que eu já terminei. (Palmas)

Depois, eu falo da universidade. Depois você fala, Nanci.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Luzia, por compartilhar tanto conhecimento e tanta luta com a gente, porque cidade sustentável é cidade que tem respeito aos catadores e às catadoras, que estão dando *show* na nossa cidade. (Palmas)

Felizmente, há muitos inscritos. Antes de passar para a próxima fala aqui, para a Roseli, saúdo que o nosso companheiro, Covereador do Quilombo Periférico, Alex Barcellos. Se você puder sentar aqui, em um espaço aqui na Mesa. (Palmas)

Queria também registrar aqui a presença da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que está compondo aqui essa Mesa com a gente. (Palmas)

Faço uma saudação aqui, para a gente poder ouvir as falas dos inscritos, tanto *on-line* quanto presencial. Há bastante gente para falar e a gente está aqui para ouvir.

Bom, seguindo aqui com as falas, tem a palavra a Sra. Roseli, do Movimento Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

A SRA. ROSELI KRAEMER ESQUILLARO – Boa tarde a todos.

Infelizmente, nós vivemos em um país paralelo, porque a nossa realidade é que nós não temos moradia, não temos alimentação, não temos água e não temos higiene, porque esse governo, que é o “país das maravilhas” do Nunes, não existe, porque a gente está abandonada. A gente é empurrada para todos os lados, enquanto ele está fazendo a urbanização de São Paulo para o comércio, para o governo se dar bem.

Então, a gente não tem o que falar, sabe, porque a gente está abandonada. A gente está no olho do furacão, sendo expulso de todos os lugares. Não há uma redução de danos na rua, porque não são só drogas e álcool, não. É emocional, porque, nessa pandemia, desde o início, o que caíram para a rua foram os moradores, foi o trabalho informal, que não conseguiu mais pagar o seu aluguel, que foi para a rua e está aí, só crescendo.

Hoje a gente tem que pensar também no despejo zero, porque, daqui a pouco, vai haver muito mais pessoas na rua e onde nós vamos estar? O que acontecendo, o que eu estou vendo, o que é? É uma higienização completa para o comércio, para o governo, porque a única coisa que não parou, nessa pandemia, foi a construção civil, nesses grandes empreendimentos, que é para a sociedade que paga, porque a gente que não tem nem um centavo, não tem direito a entrar em nenhum sistema de moradia.

A moradia é fundamental para todas as pessoas, porque, quando a gente tem um lugar onde a gente pode ficar, a gente pode começar a se reconstruir e não ser jogado de um abrigo para outro, de um estágio para outro, porque estão preocupados em ganhar prêmio na Alemanha, no reencontro, que é um absurdo. Entendeu? Porque há um filtro para se entrar lá,

porque você não pode fazer nada. Você não tem direito nem de ter a chave da sua casa.

Eu moro na Autonomia em Foco. É ótimo, é bom. Sabem por quê? Porque a gente precisa sabe do quê? Ter um lugar onde a gente possa dormir, acordar e ter nossas coisas garantidas, porque conseguem tirar da rua tudo, até o nosso papelão e a nossa barraca. A gente pede: “barraca não é moradia”, mas é a única forma com que a gente pode ter proteção aos insetos, à barata, a ratos e ao frio. Conseguiram destruir tudo em São Paulo. O Braços Abertos acabou, o que estava certo com a cracolândia acabou. Meu, no Centro, foram todos fechados os banheiros, a lavanderia e água. Não há. A outra não funcionava 24 horas, não. Funciona quando? Durante o dia. As baixas temperaturas estão aí e a Praça da Sé está fechada, que é referência mundial, onde a população está lá para ser atendida e está fechada.

Quer dizer, estão gastando milhões e milhões aí, em São Paulo, na revitalização de São Paulo, enquanto nós, povo, tanto trabalhadores quanto catadores e como moradores de rua, não temos acesso à vida. Nós temos acesso a quê? À morte. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ROSELI KRAEMER ESQUILLARO – E aí? O que nós podemos fazer? Morrer diante desse governo higienista, esse que está aí e que não faz nada pela gente. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada. Respeito...

A SRA. ROSELI KRAEMER ESQUILLARO – Respeito à vida de cada um, porque a gente consegue fazer sabe o que nesse Brasil, nesse mundo? Se reinventar, tirar do nada e conseguir viver o dia a dia, porque se a gente não é camaleão, para sobreviver a essa situação toda, haveria muito mais mortes, e agora quer levar a gente para o interior, para trabalho escravo, que é um absurdo.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Roseli, por essa fala tão emocionante. (Palmas)

Roseli é uma lutadora. Faz parte do Comitê PopRua e tem acompanhado todas essas questões e é um prazer estar na luta com você, Roseli.

Tem a palavra o Sr. Anderson Miranda, também do Movimento Nacional de Luta da População em Situação de Rua, para dar a sua palavra, dar o seu depoimento e falar como a gente pode resolver essas questões.

Obrigada, Anderson, por estar presente aqui. A palavra é sua.

O SR. ANDERSON MIRANDA – Obrigado, Vereadora Luna e todos os Vereadores e Vereadoras aqui desta Casa, principalmente desta comissão.

Primeiro, eu gostaria de pedir aos companheiros que entraram e às companheiras que entraram uma salva de palmas aos companheiros e às companheiras que não puderam entrar, que ficaram lá fora, porque nós não podemos aceitar que, na Casa do Povo, o povo não pode entrar. (Palmas)

E o povo da rua, a população em situação de rua, mulheres e homens, muitas vezes, não podem entrar nesta Casa. Não podem vir reivindicar os seus direitos, a não ser por Vereadores e Vereadoras democráticas e participativos, que garantem a nossa entrada, porque, muitas vezes, quando a gente entra aqui, nós somos perseguidos pela Guarda Municipal, para ver onde eles vão, o que vão fazer e o que deixam de fazer. E aí têm que acionar Vereadores e Vereadoras democráticas, para deixarem entrar e liberar a entrada no acesso.

Outra coisa: Eu queria pedir uma salva de palmas às mães catadoras e catadoras em situação de rua ou que já saíram das ruas. Uma salva de palmas para elas. (Palmas)

Domingo é Dia das Mães. Domingo é Dia das Mães, como o dia 08 de março é Dia das Mulheres. E muitas companheiras catadoras vão ficar na rua e muitas companheiras, moradoras em situação de rua, no Dia das Mães, vão dormir com os seus filhos na rua, porque esse governo não garante moradia, não garante dignidade e não garante respeito.

Para nós, homens, é fácil arrumar um buraco para entrar e dormir. Para as mulheres não, e elas sofrem muito. E eu estou falando aqui em defesa, porque faz um ano que eu perdi a minha mãe. Faz três anos que eu conheci minha mãe e ninguém sabe da história e da trajetória de quem está na rua ou quem sofre na rua. E as pessoas acham que quem está na rua é porque quer. Uma mãe com uma criança estar na rua é por que quer? Mendigando e humilhando-se por

comida? Uma catadora está na rua porque quer; e quando chega lá cata a sua barraca, cata a sua carroça e cata seu cachorro?

Hoje, eu ouvi um depoimento que me machuca muito, de umas companheiras que foram tomadas... Até o cachorro deles estão querendo tirar. Até os cachorros desses companheiros estão querendo tirar na Paulista. Para nós, é triste.

Eu quero aqui saudar os Direitos Humanos, a Secretaria, porque é a única Secretaria – desculpa, eu vou ser muito verdadeiro – que tem diálogo com a população em situação de rua, e que, muitas vezes, ouve a gente, mas, muitas vezes, não consegue resolver o nosso problema. Muitas vezes, não consegue, porque com uma Secretaria sozinha não se faz política sozinha. Nós precisamos da intersetorialidade, do trabalho, da moradia, da saúde e da educação.

Dizem: “Agora manda para os Direitos Humanos. É problema dos Direitos Humanos. Ah, os Direitos Humanos têm que resolver”. Só que o Comitê lá sofre. Quem participou aqui do Comitê sabe disso. A sociedade civil do Comitê sofre quando vai propor para a Saúde, quando vai propor para a Habitação e quando vai propor para a Educação. Não comparecem no Comitê PopRua. Deixam só os Direitos sozinho resolver o problema.

A SMADS, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social foi para a Alemanha, como disse a Roseli, resolver um prêmio na Alemanha, do reencontro. Mas perguntem se quem está dentro do reencontro está feliz dentro de um *container*, porque o Secretário fala que não é *container*, mas, para nós, é *container*, porque casa de verdade é alvenarias. É vários “borogodó”, não é verdade? É direito de morar dignamente e a gente não está vendo isso.

Nossa manifestação aqui, Vereadora Luna e demais Vereadores e Vereadoras, é contra o que a gente viu.

Deputada, eu queria dizer que eu assisti ao seu vídeo. O que você sofreu, na Assembleia Legislativa, todo dia, a população de rua e catadores e catadoras sofrem. Que bom que a senhora está aqui. Obrigado. Uma salva de palmas para ela, porque ela não consegue, como nova, entrar para legislar na Assembleia Legislativa. Todos os dias, a pedem o *pin*, porque

ela é negra. Quantos negros e negras aqui sofrem? Quantas mulheres sofrem porque não conseguem defender o direito? Então, como você está sendo solidária à população de rua, nós somos solidários também a você, a essa luta das mulheres, essa luta. A gente não quer o Dia das Mulheres de presente. (Palmas)

Aqui a gente quer o Dia das Mulheres de moradia, de trabalho, de saúde e de educação. A gente quer que, um dia, as mulheres em situação de rua, parem de vestir oito calças, porque está sendo estuprada pelos homens na rua ou porque está sendo violada nos equipamentos. Conheço uma companheira, na rua, que vestia oito calças e oito camisas porque ela não conseguia dormir na rua, como objeto, e a gente está defendendo os catadores e as catadoras aqui.

Nós estamos defendendo a população de rua, mas principalmente as mães, que hoje estão indo para as ruas. Não dá mais para nós aceitarmos famílias na rua, idosos na rua e crianças na rua.

Vereadora, Luna, Presidenta, e demais Vereadores, a gente quer pedir uma coisa aqui, uma fiscalização em cima do Poder Público. Que, nesse ano, saia uma recomendação, para que não libere o orçamento do Sr. Prefeito enquanto não criar, de fato, moradia para a população e para os catadores em situação de rua e enquanto não criar a coleta seletiva.

Nós temos lei dos catadores e das catadoras. Nós temos lei da população de rua, mas ela não é respeitada. Ela só está no papel. E hoje nós estamos ocupando, de novo, a Câmara Municipal para dizer: “Basta, chega”. E vários representantes representam. Eu não falo sozinho pela rua. Há companheiros e companheiras aqui que têm história e trajetória de muito tempo. Eu tenho só 35 anos de trajetória de rua, mas há gente que tem muito mais ou que chegou agora, mas que tem uma bagagem que nós temos que ouvir.

Obrigado e boa audiência para nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Queria também registrar a presença do Vereador João Ananias, do Partido dos Trabalhadores. Se quiser dar um alô aqui para o pessoal. Gente, como eu falei, há muitos

inscritos. Há aqui parlamentares que estão na luta com a gente, com todos vocês e com os movimentos.

Vou passar também a fala, para eles fazerem uma saudação rápida, para que vocês os conheçam e saibam dessa luta, mas queremos ouvir vocês. Já fiquem preparados o Edmilson, a Índia e a Rosa.

Vou passar aqui primeiro para a Vereadora Luana Alves, para fazer uso da palavra, fazer uma saudação.

Obrigada pela sua presença.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde, gente.

Queria primeiro agradecer a Vereadora Luna e todos aqui presentes do movimento.

Eu estou vindo aqui um pouco como intrusa. Eu sou da Comissão de Saúde. Eu não sou da Comissão de Direitos Humanos, mas lógico que tem a ver. Inclusive conversei com a Vereadora Luna que, na Comissão de Saúde, a gente tem que fazer essa interlocução. A gente tem que falar, porque Prefeitura reforça que a pessoa que está em situação de rua não tem acesso a outros direitos. Não tem acesso à saúde, não tem acesso à cultura e não tem acesso à educação.

Estou ouvindo relatos de pessoas em situação de rua que não estão conseguindo entrar numa Unidades Básicas de Saúde ou num CAPS, porque não tem RG. Isso não existe na lei do SUS. É proibido você proibir uma pessoa de entrar num equipamento público de saúde, e eu estou ouvindo esse tipo de relato. Isso tem que ser averiguado seriamente e, se for comprovado...

Uma pessoa acabou de levantar a mão. Falou que passou por isso. Nós vamos ter que ir à Prefeitura, porque a culpa é do Prefeito de São Paulo, que não está cumprindo a lei nem do SUS.

Então, eu vou dizer para vocês, gente, muito rapidamente, primeiro me colocando à disposição da Comissão de Saúde, para dizer que o que está acontecendo aqui com esse Prefeito é que há uma lógica higienista profundamente racista, de tentar sumir e esconder a

população de rua na cidade de São Paulo.

É muito, muito grave o que está acontecendo. Primeiro, no serviço de assistência. Os CTAs estão abandonados. Sobre a política infelizmente, o que as observações dizem para a gente é que a política é deixar um ou dois CTAs mais ou menos, para mostrar para a imprensa, e o resto completamente largado.

No mês passado, Vereadora, eu estive no CTA do Jardim Jaqueline, na região do Butantã, perto da Raposo Tavares, que muitos aqui conhecem, e eu fiquei com muito medo de qualquer acidente acontecer, muito medo. Ali não tem teto, ali o chão está todo cheio de bicho, ali tem fiação exposta em lugar com goteira de água. Então, qualquer tipo de acidente pode acontecer a qualquer momento, e o que acontece no Jaqueline é um exemplo do que acontece nos CTAs, que estão se espalhando pelos bairros de periferia de São Paulo: a política de também tirar o serviço de assistência no Centro e tentar espalhar, dizendo aumentar o acesso. Mas não é assim, porque existe, sim, uma concentração de pessoas em situação de rua no Centro.

O que está acontecendo hoje, a questão da Reencontro, é outra vergonha, é colocar as pessoas num *container*, como muito bem aqui falou o companheiro, e dizer que isso é uma política de *Housing First*, que seria a “habitação primeiro”. Só que isso não é habitação. São Paulo já teve uma política de *Housing First*, que era um dinheiro direto na mão das pessoas. Inclusive eu estava falando sobre isso agora há pouco com uma companheira e parece que existe um medo, um tabu de que não se pode passar a transferência de renda direto para a população em situação de rua, como se essas pessoas não fossem capazes de conseguir lidar. Só que é essa gente são pessoas que vivem do trabalho dia por dia e sabem lidar melhor com dinheiro, porque, no seu cotidiano, elas fazem as contas no miúdo.

Mais uma vez, portanto, a Prefeitura está tendo uma visão racista de tirar as políticas de transferência direta de dinheiro, que ajudam as pessoas conseguirem pagar o seu aluguel ou conseguirem pagar uma diária de um hotel. O que aconteceu é que essa política foi desmontada pelo Doria e agora pelo atual Prefeito, e está pior ainda.

Eu quero prestar toda a minha solidariedade e disponibilizar a presença da Comissão

de Saúde para dizer que não aceitamos mais esse tipo de tratamento. A retirada das barracas das pessoas pela GCM é uma ordem dieta do Prefeito Ricardo Nunes e é um vício de guardas civis metropolitanos que disseram que a ordem de hoje ou da semana passada foi a de limpar a Praça da Sé. Esse foi o termo usado, como se essas pessoas representassem uma sujeira. Isso foi uma ordem direta do Sr. Prefeito da cidade de São Paulo. Por isso, a gente tem que ter muita atenção e não podemos admitir o sucateamento da assistência social, não podemos admitir uma política profundamente racista e não podemos admitir o desrespeito com quem trabalha todos os dias na cidade de São Paulo.

Parabéns pela audiência. Vou ficar por aqui por mais alguns minutos até quando eu tiver horário disponível para ouvir vocês. Parabéns ao movimento. Não vamos sair das ruas. Não saiam das ruas, porque não podemos admitir uma política de morte para o nosso povo.

Um salve a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Vereadora Luana.

Passo a palavra ao Coveador Alex, representante do mandato Quilombo Periférico. Obrigada pela presença e por estar aqui com a gente.

O SR. ALEX BARCELLOS – Boa tarde a todos, todas e todes. É muito importante estar aqui participando de uma conversa, um debate com a Luna, que eu já gostaria de ter participado antes juntamente com essas forças que compõem os movimentos sociais e que movimentam a nossa São Paulo.

Eu quero deixar registrada, Vereadora Luna, a violência que vem acontecendo diariamente também com os catadores, essa opressão pela quantidade de fiscalização da polícia, que levam as suas barracas e carroças, muito das vezes violentamente, e mandam para depósitos que são bem longes, sendo que as pessoas não têm como ir buscar, ir retirar novamente o único bem que elas têm, de moradia ou de trabalho. Essa violência, a gente já verificou que vem acontecendo em diversas Subprefeituras. Aliás, a Subprefeitura também vem colocando obstáculos em alguns lugares onde os carroceiros costumam parar. É um absurdo o que está acontecendo na cidade de São Paulo. Inclusive eu quero deixar aqui registrado que a

gente já recebeu fotos dessa ação, que é feita mesmo para oprimir a população para que ela não consiga circular, para que ela não consiga parar. A gente sabe que, muitas das vezes, essa violência vem desde os funcionários até, infelizmente, da Guarda Municipal.

A gente sabe que não existe diálogo e o quanto é difícil essa classe trabalhadora que separa todos os resíduos e, infelizmente o quão baixo é o valor que eles recebem e que precisaria ter políticas mais afirmativas de bolsa trabalho, que já teve anteriormente, para complementar esse salário que não é o suficiente para sobreviver até o final do mês. Por outro lado, a gente sabe a quão importante e necessária é essa população na rua para a cidade de São Paulo, porque gera trabalho e desenvolvimento para esta cidade que se diz o polo da diversidade e diz fazer diversos festivais, que geram uma quantidade enorme de resíduos.

Sobre a Maura, a gente ajudou bastante essa companheira que sofreu essa violência que vem ocorrendo nas Subprefeituras e feita pela Guarda Municipal. Peço uma salva de palmas para a Maura, que é uma lutadora antiga dessa luta tão importante do movimento de catadores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX BARCELLOS – Pessoas foram até a porta da casa dela, onde fica parada a sua carroça e, violentamente, jogaram tudo em cima de um caminhão e deram para ela um tíquete e mandaram ela se virar para buscar a carroça. Como uma pessoa que não tem renda vai lá longe buscar a sua carroça? É um absurdo o que está acontecendo na cidade de São Paulo.

Por isso, é bom a gente ficar atento e, de alguma maneira, a gente tentar trazer essa denúncia para esta Comissão de Direitos Humanos para que a gente continue fiscalizando e notificando a Prefeitura e que a gente consiga também conversar e se aproximar para ver quais são as soluções possíveis de garantia para que essa população seja reconhecida como uma classe trabalhadora eficiente e superimportante para a cidade de São Paulo.

Era isso. Axé! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Alex.

Passo a palavra para a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Presidenta Luna. Um salve a todos, todas e todes.

Eu estava mais cedo com vocês lá na porta da Prefeitura, o que mostrou a potência do movimento PopRua e também do movimento dos catadores.

Aqui nesta Casa, eu faço parte da Comissão de Política Urbana, responsável por discutir moradia, por discutir para onde vão as grandes construções aqui na cidade de São Paulo, como a cidade é pensada e como a cidade é construída. O que eu posso dizer para vocês é que todas as violências que a população em situação de rua tem passado nos últimos anos, que todas as violências que os catadores e catadoras têm passado nos últimos anos, que todas as violências que os ambulantes e que todas as pessoas que trabalham na rua, no Centro de São Paulo, têm passado nos últimos anos, todas essas violências têm um propósito, um objetivo, que é expulsar a população pobre e negra do Centro de São Paulo para dar lugar aos grandes empreendimentos imobiliários para classe média alta. O que eles estão fazendo aqui em São Paulo chama-se gentrificação, que é retirar a população que eles não querem no Centro para vir uma outra população que eles querem no Centro.

Ontem, na audiência pública que ocorreu aqui na Câmara, o Secovi e a associação dos grandes empreendimentos imobiliários de São Paulo disseram que o Centro está desabitado, que no Centro se concentra a maior parte dos empregos e que o Centro precisa ser habitado. Isso é uma falácia, porque o Centro está habitado, mas não é com a população que eles querem. Eles querem pegar os prédios que estão abandonados e transformar em prédios para a classe média alta. Já nós queremos os prédios que estão abandonados para a população em situação de rua morar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – São muitos os prédios ociosos no Centro da cidade; inclusive muitos estão com ocupações e muitos não pagam IPTU nem impostos há décadas. Esses prédios precisam ser desapropriados, porque eles não cumprem a função social que dita a Constituição Federal deste país. Prédio, propriedade que não cumpre

função social tem que ser desapropriado e tem que servir para moradia social para quem não tem condição de pagar um financiamento, que é justamente a população que ganha até um salário mínimo.

Por isso, a nossa luta é pelo direito à cidade e ao Centro da cidade de São Paulo, e quem tem que ter esse direito não são os milionários, os grandes empreendimentos, a especulação imobiliária ou as grandes construtoras, mas a população que já nasceu aqui, que já vive, mora e trabalha aqui. O Centro tem que ser resistência da população em situação de rua, da população que está nas ocupações, que está nas pensões, que está nos cortiços. A gente quer moradia aqui no Centro, a gente não quer ser levada lá para o fundão. Aqui é onde tem prédio ocioso, e esses prédios têm que ser desapropriados para moradia social. É isso que a gente quer.

Valeu, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Vereadora Silvia.

Aqui na Câmara há Bancadas preparadas, como a Comissão de Política Urbana, a Comissão de Saúde, a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos, porque a gente sabe que é preciso defender os direitos humanos em todas as áreas.

Passo a palavra para a Deputada Estadual Thainara Faria.

A SRA. THAINARA FARIA – Boa tarde.

Quero agradecer imensamente a Vereadora Luna Zarattini por abrir as portas desta Casa de Leis, a Casa do Povo. Em nome da Vereadora Luna, saúdo o Anderson, a Roseli, o Alcyr, a Luiza, a Luzia, a Vereadora Silvia, o Coveador Alex e todas as pessoas que se encontram aqui nesta tarde.

Eu confesso a vocês que eu estava com um grande nó na garganta, porque, ao olhar para este plenário, eu estava pensando que as poltronas que estão abrigando a gente por algumas horas são mais confortáveis do que a vida que as pessoas levam na rua, que o luxo deste espaço, com lustres grandiosos, cheios de iluminação, muitas vezes, escondem a verdade que está lá fora. E qual é a verdade? É a fotografia de um governo fracassado, porque o Poder

Público ou alguém detentor de um cargo eletivo verificar que nas ruas da cidade mais rica do Estado e do país, que detém um terço do PIB do Brasil, há mais 50 mil pessoas em situação de rua, é o diagnóstico do fracasso do Prefeito, da Prefeitura e da atual gestão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. THAINARA FARIA – Algo deu muito errado e isso faz com que nós, que estamos no maior Parlamento Municipal da América Latina, tenhamos a obrigação de ajudar, de ser ponte de apoio dos Vereadores que se colocam a favor dessa luta, porque sozinhos eles não conseguem aprovar o que é preciso.

Temos que ficar em estado de mobilização permanente e denunciar todos os dias que, enquanto o Sr. Prefeito Ricardo Nunes – e ninguém fala o nome dele – não iniciar uma política de Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo que realmente contemple as pessoas em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis, nós não vamos dar sossego para o sono deles. Se uma mulher tem que vestir oito calças para não ser estuprada na rua e para conseguir ter paz para dormir na rua, ele também não pode dormir.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. THAINARA FARIA – É necessário falar sobre isso.

Não se pode ser um gestor público se não demonstrar indignação com a realidade das pessoas.

Eu sou uma mulher do interior do Estado de São Paulo, de uma cidade com 240 mil habitantes que tem uma política diferente para as pessoas em situação de rua. Ao observar alguns apartamentos, verdadeiras caixas de fósforo, aqui do Centro de São Paulo, eu descobri que o interesse era fazer habitações menores para que as pessoas conseguissem pagar para que elas não tivessem que se deslocar horas e horas dos seus lugares de moradia para trabalhar aqui no Centro. A estratégia do “visite o decorado”, pequenos lugares de luxo que, mais uma vez, se tornaram inacessíveis para quem realmente deveria ter o direito de morar no Centro, que são os trabalhadores, a base desta sociedade.

Hoje, eu participo desta audiência como uma forma de me aliar a esse movimento, a

esta capital, a esta cidade. São 645 municípios no Estado de São Paulo, uma população de cerca 44 milhões de habitantes que têm que ser cuidados, e esse é o meu compromisso público juntamente com o mandato da Vereadora Luna Zarattini e com quem mais se comprometer com essa luta. A gente não vai dar sossego, e não vai ter sequer um dia em que eu não vá ocupar a tribuna da Alesp para denunciar que há 50 mil pessoas em situação de rua e de desumanidade nesta cidade, porque até o cachorro da pessoa em situação de rua, a última coisa que geralmente sobra, eles querem tirar, e isso significa tirar o afeto, a última esperança dessa pessoa.

São 80 mil pessoas em situação de rua e sempre que uma pessoa vai para a situação de rua, para a situação de cárcere ou para o cemitério significa que nós, políticos, falhamos na política de assistência social, na política de saúde, na política de educação, na política de esporte e na política de cultura, e isso não pode acontecer reiteradas vezes. No próximo ano, a cidade de São Paulo vai ter a oportunidade de discutir quais são os rumos que nós queremos, quem nós queremos à frente do poder, quem nós queremos que dite as regras, que dialogue com as pessoas para fazer, de fato, políticas públicas e ações afirmativas que garantam a comida na mesa. Mas é necessário, primeiro, que a pessoa tenha um teto, e a responsabilidade é de cada um de nós.

Quando me perguntam se eu acho que a privatização da Sabesp vai ser aprovada, e eu respondo que sim, me questionam se eu sou mesmo uma mulher de fé. Eu sou, sim, uma mulher de fé, mas a maioria da população votou em quadros da direita, que são a favor da privatização e que agora vão querer ferrar com o povo, porque é isso que eles fazem, e ninguém diga que eles não avisaram, porque eles falaram na campanha que iam retirar as câmeras dos uniformes dos policiais, eles falaram de razão humana e há muito pouco eles falaram da vontade de levar as pessoas em situação de rua para trabalharem em fazendas no interior.

Eu quero, portanto, fazer um convite a vocês para se aliarem a essa luta de não dar sossego para os fascistas.

Boa tarde e obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Deputada Thainara.

Anuncio a presença do Coveador Júlio César de Andrade, do mandato Quilombo Periférico.

Vou passar a palavra para que o Vereador João Ananias, do PT, faça uma saudação. Em seguida, passarei a palavra ao Coveador Júlio, também para uma breve saudação, e a audiência seguirá com a fala dos inscitos, já que o objetivo de hoje é a escuta da população.

O SR. JOÃO ANANIAS – Boa tarde a todas e todos.

Em nome da Presidente Luna, do Partido dos Trabalhadores, eu cumprimento os demais participantes.

Eu quero concordar com a fala da Deputada Thainara quando ela disse que as ações do atual governador e Prefeitos estavam determinadas em seus planos de governo, mas, mesmo assim, as pessoas votaram nesses candidatos sem nem mesmo terem lido o que estava escrito nos seus planos de governo, como é o caso da privatização da Sabesp, que o candidato a governador falou na campanha. Isso tudo fica ainda pior quando 80% da população de uma cidade é pobre e, mesmo assim, votam em um projeto que quer privatização.

Luna, eu acho que aqui tem uma Bancada que luta realmente por moradia popular, que luta pelos mais pobres, que é a Bancada do PT e a Bancada do PSOL. Estas Bancadas estão unidas para defender os mais pobres da cidade de São Paulo. É muito importante o que a Thainara falou que a Casa é de vocês. Quando você vem aqui para aprovar leis que não tem ninguém da sociedade civil representando o povo ali no Parlamento, os Vereadores votam da forma que querem, sem pressão alguma. Então, é muito importante que a população ocupe a Casa que é de vocês, não é dos Vereadores. Os Vereadores estão trabalhando, mas a Casa é de vocês.

O gabinete dos Vereadores é de vocês. Quem precisar de demanda pode procurar as Bancadas do PT e PSOL que tenho certeza de que vocês vão receber guarida.

Só queria dar essa saudação. Sou o Vereador João Ananias, do PT também. Então, fiquem à vontade com isso.

Obrigado, gente. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada. Vou passar agora para uma breve saudação do Coveador Julio.

O SR. JULIO CEZAR DE ANDRADE – Salve. Boa tarde a todas, a todos a todes.

A cidade de São Paulo tem o número de 86.782 pessoas em situação de rua e na rua. A situação de rua na cidade de São Paulo é manifestação concreta do racismo estrutural e do racismo institucional. É uma cidade que desde 1500 vem expulsando os corpos pretos do Centro urbano. Primeiro, as famílias pretas e, agora, a população em situação de rua e na rua.

Não podemos deixar de falar das nossas infâncias em situação de rua e na rua. A gente construiu um projeto de lei que foi aprovado com muita luta política das Mandatas combativas desta cidade que pensam uma política de atendimento humanizado para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua.

Precisamos discutir para além da ampliação do serviço de acolhimento, defender de maneira intransigente a efetividade de uma política de assistência social que respeite as pessoas em situação de rua como seres humanos e que os CTAs não sejam tratados como depósito de pessoas e que sejam espaços humanizados e que a cidade seja uma cidade que humanize e respeite as lutas históricas do povo preto, das ocupações e das resistências – as catadoras e catadores de materiais de reciclagem. As pessoas que estão em situação de rua são seres humanos que merecem respeito e dignidade.

Então, a gente defende uma política que seja humana, que respeite o sujeito, construída pelo sujeito e que não reproduza o *ethos* da higienização.

Sigamos na luta por uma São Paulo sem racismo. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Coveador Julio, do Quilombo Periférico.

Algum Vereador que está *on-line* gostaria de fazer o uso da palavra?

Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Só gostaria....

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. ELY TERUEL – Que essas comissões. Temos trabalhado bastante. A gente conhece bem os posicionamentos tanto da Mesa. Eu, por exemplo, que estou *on-line*, gostaria muito e estou muito disposta a ouvir a população. E que a gente fosse um pouco mais breve para ouvir a população. (Falha na transmissão). Neste momento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Vereadora Ely Teruel.

Queria agora só passar rapidamente para a Vereadora Luana fazer o último recado.

A SRA. LUANA ALVES – Bom, gente, só queria mais uma vez agradecer e dizer que, infelizmente, vou ter que ir. Não gosto de ir embora antes do final das audiências. Estou com a equipe que vai ficar até o final, a Roberta.

Queria convidá-los, quem puder, dia 18 de maio. Vai ser na Paulista, o Dia da Luta Antimanicomial. Vamos estar em ato ali ao meio-dia, que é um dia de luta muito importante para a gente que é da questão da saúde mental. Acho que é fundamental quem puder ir, quem é defensor de CAPS, quem é defensor de SUS, quem é contra o encarceramento do nosso povo e, em especial, contra o encarceramento do chamado “louco”, como assim é dito.

Então, vai ser um dia de a gente reivindicar nossa liberdade, reivindicar que loucura não se prende. Dia 18 estaremos lá e queria muito contar com todos os presentes.

Muito obrigada. Mais uma vez, parabéns pela mobilização. A Comissão de Saúde está à disposição de qualquer encaminhamento que for tirado aqui hoje.

Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Agora, vou passar a palavra ao Edmilson.

O SR. EDMILSON – Vereadora, agradeço muito a oportunidade que você deu para todos estarmos aqui, mas só queria pedir uma coisa: que vocês façam a lei ser cumprida. Porque a lei, desde quando eu nasci, que eu conheço que a gente tem direito à moradia digna. Está na Constituinte. Vocês, Vereadores e Deputados que estão aqui, deveriam exigir que essa lei seja cumprida. Porque fazer a lei bonita, é bom. Mas por que não cumpre a lei? É isso que eu queria.

(Palmas).

Não era para existir pessoas de rua. O Brasil é rico em qualquer lugar. Eu já conheci o Brasil. Trabalhei em várias firmas. Trabalhei na Vale do Rio Doce, na Mendes Júnior, então, qualquer lugar que eu vou no Brasil, é muito rico. Não precisa ter tanto essa população de rua. É colocar a lei para ser cumprida.

Se vocês precisarem da gente, a gente estará na rua com vocês. Mas cumpram a lei que é direito nosso.

Obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigado, Edmilson.

Vou passar, agora, para a Índia.

A SRA. ROSELI COÁ – Boa tarde a todos.

Meu nome é Roseli Coá. Eu sou a Índia. Vivi oito anos com meus filhos na rua, mas antes eu já tinha vivido um tempo sozinha. Mas é com muita angústia que eu venho aqui. Faz muito tempo que eu não venho às audiências públicas com um certo receio, um certo medo também, porque quando a gente começa a aparecer muito, a represália – quem me conhece sabe como que é quando você começa a meter o pau no Chico e no Francisco se você tiver abrigo, você se garante; se você não tem, você vai se ferrar, porque ninguém te segura, ninguém vai te fazer guarida, ninguém. Todo mundo te ajuda a meter o pau, mas na hora, você fica sozinho.

Então, quero usar meus três minutos aqui pelo seguinte: há anos, eu não lembro a época certinha porque eu não trabalho com números e nem com nome, mas até eu fui questionada, aqui mesmo nesta Casa, por sentar com o Covinhas numa reunião que estava eu e mais cinco moradores de rua e nós fomos lá falar sobre o Porta de Saída para a população de rua.

Ele perguntou: “se você fosse Prefeito, o que você faria?”. Aí, eu fui dando ideia para ele. Eu falei assim: “olha, reintegração de posse não é Porta de Saída”. Porque a rua enlouquece. Só nós, que moramos na rua, vemos a cada ano a pessoa degradando a saúde mental. Aí, para

colocá-la para trabalhar na sociedade depois de três anos, você não vai conseguir mais, porque ele vai estar já tendo que beber, usar drogas e falando sozinho. Cada hora que passa fica pior. Vai ficando pior.

Não fiquei assim por causa que eu tenho muita espiritualidade. Falo com a minha espiritualidade para me segurar, porque eu tinha quatro crianças e uma com cadeira de rodas e eu tive que pedir muita ajuda à espiritualidade para meter o pé no lugar e entrar, que é da Prefeitura. E aí, eu fiquei falando com a espiritualidade sempre, mas aí eu falei: “Covinhas, deixa”.

O povo que está dentro das ocupações, porque eles andam de mão junta com a população de rua num cordão só, na vara bamba. É a mesma coisa. Uma hora na rua, uma hora em ocupação. Quando vai à rua, a depressão pega junto. E aí, o que acontece? As mães perdem os filhos, sim.

Eu corri e meti o pé em um sobradinho para não perder minhas filhas. E, agora, ronda-se de novo com as reintegrações de posse, a tal da higienização não só na rua, mas aqueles que saíram da rua.

Esse governo não está sendo inteligente. Falei uma vez ao Covinhas: “Covinhas, a gente, político, tem que usar um pouquinho de malandragem”. Porque a população pobre vota naquele que corre com ela. Aquele governo que não corre com ela, esquece. Em São Paulo, o Centro de São Paulo sempre correu com quem corre com ele, tanto que olha a última eleição. Olha quem que foi votado? O Governador ganhou no interior. Aqui, não. No Centro, não; na periferia, não.

Então se não cuidar do povo, o povo não vai esquecer, porque só não esquece aquele que está com a dor no calo, quem tem o calo, quem tem fome, quem tem frio. Ele nunca vai esquecer daquele prato de comida que deu, daquela casa que deu. Ele nunca vai esquecer. É por isso que tem muitos chamando os outros “ah, o pai dos pobres”, porque lembra dos pobres. Então, isso automaticamente é uma malandragem do bem, porque se eu estou ali, eu vou cuidar daquele povo mais sofrido, porque isso é uma malandragem do bem. Então, o que está fazendo

agora vai acabar atacando mais são eles mesmos.

Sei que está sendo gravado. Pergunto se dorme. Se dorme, lembra que a espiritualidade vai cobrar depois da curva. Vai cobrar depois da curva. O Covinhas vai perguntar. Ele vai, porque esse é o trabalho deles. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Índia.

Agora, vou passar para o Gustavo que está *on-line* e, depois, para Yasmin que também está *on-line*. (Pausa). O Gustavo não está. Então, vou passar para a Yasmin que está inscrita de forma *on-line*. (Pausa). Bom, vou passar para um próximo inscrito *on-line* e também o último, João Pedro. João Pedro. João Pedro você nos ouve? (Pausa).

Bom, então, eu vou passar para as pessoas que estão presentes. A Rosa está inscrita. Não quer mais. Então, vou passar para Nanci.

Lembrando para gente fazer o uso de três minutos para gente conseguir ouvir os demais companheiros e companheiras, cidadãos e cidadãs que estão denunciando, questionando e colocando as demandas para esta Comissão.

A SRA. Nanci DARCOLETE – Obrigada, Luna.

Quero agradecer a todos que estão aqui com a gente somando nessa luta, porque é difícil a gente largar o nosso trabalho, largar nossas coisas para vir lutar.

Esse sempre foi o grande problema dos catadores da cidade de São Paulo. A gente está se organizando em cooperativas há mais de 40 anos. A gente tem a Coopamare na área aí há 30 anos sempre buscando essas alternativas de incluir os catadores, incluir pessoas de alta vulnerabilidade na questão de geração de renda, geração de possibilidades e nunca foi tão difícil como nesta gestão.

A gente está excluída de todas as discussões, excluídos de Plano de Metas, excluídos de tudo. Agora, a gente está vendo um cenário difícil que já foi comentado pela Mesa. Elas estão muito apropriadas da situação que está acontecendo de reintegração de posse, tomam as barracas. A gente agora está sendo expulso não só do Centro, como da periferia também, porque na periferia apreendem as nossas carroças.

O preço dos materiais caiu muito. Sou uma carroceira de rua e estou vendendo meu papelão a 10 centavos. Ou seja, chega ao final da semana a gente fica pensando: o que eu vou fazer para levar comida para casa? Então, é uma resistência agora muito grande.

Vimos aqui hoje denunciar, mais uma vez, que os catadores sempre foram trabalhadores não-remunerados da cidade que impulsionam toda uma cadeia de reciclagem sem ser remunerado e tem que, agora, correr da Prefeitura, correr da polícia para não apanhar, correr da prefeitura para não levar nossas carroças e lutar e ficar remando e discutindo com o Poder Público.

Por que o peso de papelão é 10 centavos? Se a gente vê tão bonito na televisão, falando de todo esse problema das águas, dos oceanos, tanto plástico no oceano, o catador está sempre fazendo limpeza na cidade de São Paulo e agora a gente não pode mais pegar o papelão, porque não tem onde vender.

Fico pensando: e todo esse papelão que está ficando na rua vai para aonde? Vai encher de novo os aterros sanitários? Vai para dentro do esgoto poluir os rios? Que política é essa? Parece que a gente fala tanto e tanta gente falando como cachorro uivando para a lua, para ninguém.

Na verdade, é só dinheiro. São só essas concessionárias. A gente teve, semana passada, uma audiência que vai se renovar agora a contratação de concessionárias que fazem coletas de lixo em São Paulo e vemos números de dinheiro para esse povo que daria para tirar todo mundo nessa situação.

A gente já ensinou para a Prefeitura, já ensinou para o país que é possível gerar renda através da reciclagem. Todo dia a gente ensina. Olha, não precisa de medidas caríssimas e miraculosas, é só reciclar, é só ensinar as pessoas em casa a separar o resíduo, destinar corretamente. O catador vende e gera renda. Não precisa de incinerador. Não precisa de concessionária cobrando milhões. É só remunerar o catador, considerar essas 50 mil pessoas mais 20 mil catadores de hoje na cidade de São Paulo como atores ativos na cidade de São Paulo.

Quero agradecer essa voz. Agradeço a todo mundo e falar que nós vamos continuar resistindo. Vamos continuar falando, denunciando e vamos continuar ativos.

Obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Nanci.

Muito obrigado e parabéns pela sua luta.

Agora, eu queria passar para a Cristiane.

A SRA. CRISTIANE – Gente, eu não sei como começar. Vou fazer 43 anos agora no dia da libertação dos escravos. (Palmas). Obrigada.

Nunca vivi na rua, mas eu vi cada safadeza que eu mesma estou passando por ela. Passei por vários CTAs, uns bons, outros ruins. Vi as próprias pessoas que cuidam da gente querer dar na minha cara. Eu quase grudei nela. Foi antes de ontem.

São 2400 por cabeça, não é isso? Tenho Sisa em cinco casas que não estão sendo usados. E falam para mim: “vai lá e reclama”. Eu vou lutar para conseguir esse dinheiro de volta.

Que país é esse? Que merda é essa, no português? A gente não sabe mais o que estamos fazendo. Vi um monte de gente tendo as barracas arrancadas. Eu comecei a chorar. Não sabia o que fazer. Não entendo o que esse povo quer da gente porque está tirando, mas não está sabendo colocar. Eu e meu marido passamos por vários CTAs bons e têm bons. Por que colocam a gente na merda? Por que estão tirando o que a gente não tem?

Então, eu vou falar para vocês o que nós vamos fazer, porque este país está uma merda de verdade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Cristiane.

Vou passar para o Marcelino e, depois, Maria Solange.

O SR. MARCELINO – Oi, tudo bem?

Eu queria conversar com vocês sobre uma coisa que está acontecendo na minha vida.

Eu, sinceramente, sou natural de Ourinhos. A minha esposa é natural de Pederneiras e eu vim para cá tentar uma nova vida. Só que, assim que eu cheguei aqui, eu já comecei a ver

que tudo que tem para ajudar, não ajuda. Eles falam assim: “Ah, vamos ali. Nós vamos fazer para você”, mas não fazem nada nem para si.

Agora, desde o dia 19, ela está desaparecida. Ela está desaparecida por causa de uma pessoa do CRATOD, que eu a deixei na frente do CRATOD para pegar uma van para ir para outro CTI de mulheres, porque no dia eles falaram que não tinham local para o casal. E vou reforçar também que eles falam que não têm. Já vi muitas vezes que eles falam que não tem local para os casais e ter casais dentro da van, cinco, seis casais e eles levarem e não ter para o casal que precisa.

Aí, a minha esposa... Eu já estou entrando em grau depressivo, porque eu tenho CID 21, esquizofrênico, e ela tem a bipolaridade. Eu não sei se ela está na rua, eu não sei onde ela está. Mulheres aí estão sendo estupradas, têm de usar sete, nove calças para não serem estupradas. Porra, mas que Brasil é este que está acontecendo?

Eu tento entender, porque eu tenho dois filhos com ela e não sei como chegar até eles. Já me ligaram perguntando: “E a mãe, como que está”? Eu só choro. Eu só falo: “Eu não sei. Ela está bem”. Tento esconder a verdade, porque eu sei que se eu abrir a boca e falar: “A sua mãe está desaparecida”, sabem o que vai acontecer? Duas crianças vão se matar por causa da mãe. E eu me sinto culpado. Todo dia, de manhã, já são sete dias a oito, que eu estou rodando na rua atrás dela e não acho.

Fui ameaçado pelas pessoas do Centro POP. Falei com eles. Fui três, quatro vezes e, na última vez em que fui, eles falaram assim: “Se você continuar vindo aqui, sabe o que eu vou fazer? Se eu achar ela, eu vou fazer mal para ela. Eu vou acabar machucando a sua esposa, porque você está merecendo. Você não é um cidadão brasileiro. Você, para mim, é um lixo. Não é uma pessoa”. Eu juro para vocês, eu quase dei um soco na cara desse rapaz. Faltou um pouquinho “assim” para eu socar a cabeça dele na parede. E tudo isso está acontecendo na minha vida. Eu sinto que eu estou sendo o mais desprezado possível.

E outra, o aniversário dela é agora, dia 17. Está perto do dia das mães. Eu não estou perto da minha mãe. Não estou perto dos meus filhos. E como é que eu vou ficar? Eu vou

entrando em um lugar depressivo. Já tentei até suicídio por duas vezes. Aí, o CRATOD responde assim: “Ah, você precisa tomar remédio, você precisa se tratar”, sendo que eu preciso passar no psiquiatra, porque o meu problema é psiquiátrico. O CRATOD grudou e falou assim: “Vamos lá”. Sendo que têm laudos ali, têm processos, tem tudo ali, mas eles não fazem nada. Eles só querem dar remédio, remédio, remédio. É só isso, mais nada. Eles não querem ajudar. Eles querem achar um meio para fazer...

E CTI. Não tem CTI boa, igual vocês falaram. Tem um CTI ali, que mandam o casal. O único que manda, que dizem que é bom que é o chamado Hotel Social. É o único da região Leste, aqui de perto. O resto é tudo resto. Eles roubam você. Eles põem a gente na marginalidade lá dentro: pessoas, que são de família, são colocadas com a marginalidade para roubarem junto. Já vi pessoas sendo roubadas lá dentro. Uma senhora que estava lá fora, foi roubada no Metrô ali. Ela não está aqui agora, mas eu tenho um carinho por ela como se fosse minha mãe. E outra, estão acontecendo muitas coisas e eu só queria saber o que vai acontecer daqui para frente.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Marcelino, agradeço a sua fala.

É uma situação realmente absurda e peço para que você entre em contato com a Malu, que é da nossa assessoria, para que nós acompanhemos esse processo, porque sabemos que pessoas desaparecidas não são encontradas, muitas vezes, por conta da cor, da raça. Isso porque existe uma política de esquecimento dessas pessoas, porque se fosse uma pessoa branca e rica, encontrariam. Então, é importante você fazer essa denúncia aqui. É um absurdo a situação.

Tem a palavra a Sra. Maria Solange e, depois, o Sr. Eduardo.

A SRA. MARIA SOLANGE MACHADO – Boa tarde.

Eu sou a Maria Solange Machado. Eu sou enfermeira, sou funcionária pública do Estado. Eu fui demitida doente, em tratamento médico psiquiátrico e acabei vindo morar na rua, já há alguns anos. Há bastante tempo estou na rua. E eu quero classificar essa situação minha, essa condição minha por tanto tempo, pelo fracasso e a desassistência de todos os órgãos,

inclusive dos movimentos sociais. Porque eu sou bastante conhecida. Eu fui sindicalista, “cipeira”. Eu sou uma pessoa atuante e consegui levar todo o meu caso a várias instâncias, e nada foi resolvido. Então, houve omissão por todos os lados.

Mas o que eu quero falar aqui? Primeira questão é a seguinte: sobre alguns apontamentos aqui, por exemplo, a Vereadora Luna Zarattini coloca que a cidade de São Paulo está, no momento, vivendo uma crise humanitária. Eu discordo completamente, porque uma cidade onde não há humanidade não pode ter crise humanitária. É uma crise constante, estrutural. E por que eu falo isso? Porque essas ações, que estão sendo executadas agora claramente, explicitamente, já vêm sendo programadas há alguns anos. Inclusive, em 2018, eu fui convocada pelo conselho gestor e administração do Parque Municipal Prefeito Mario Covas – parque que, agora, foi privatizado para o crime organizado, porque quem administra lá é o crime organizado.

Naquela reunião, tinha uma advogada da Associação Paulista Viva e eu perguntei o nome dela. Ela falou assim: “Eu me chamo Rafaella, com dois ‘l’s”. E ela tinha acabado, naquele momento, de chegar de uma reunião com o promotor de justiça, um cara que me conhece desde 2010, lá da Casa da Oração, do Padre Júlio Lancellotti, que é o Eduardo Ferreira Valério. O cara do Ministério Público do Estado, o cara dos Direitos Humanos e da Cidadania. Como esse cara deixou uma mulher da minha idade, hoje com 61 anos, com transtorno mental grave, jogada na rua e não reviu toda a minha demissão no Estado e não me propôs acesso aos meus direitos? E eu fui parar lá no Parque Mario Covas.

E de lá, de 2018, nós tivemos como ponto mais significativo, a pandemia. E, aí, lá, nós fomos esquecidos pelo Poder Público. A primeira coisa que o Prefeito fez foi fechar todas as entradas. Nós fomos impedidos de ter acesso à água potável e acesso aos sanitários. Porém, para os funcionários das bancas de revista da Avenida Paulista, os empresários donos de bancas de revista, foi permitido o acesso dos funcionários deles. Inclusive, eles pegavam um carrinho lá e iam pegar água, galão de 20 litros, para fazer a faxina, a limpeza das bancas de revista.

Então, esse pessoal teve acesso aos sanitários e à água potável. Eu, com os meus

cachorrinhos, morando na calçada, em uma carroça que eu ganhei, eu tinha de comprar dois garrafões de 20 litros por dia, para manter o mínimo necessário. Foi a época em que eu menos lavei as minhas mãos e menos tomei banho. E, mesmo assim, graças a Deus, eu não tomei nenhuma vacina contra a Covid-19, não peguei nenhuma gripe e estou viva aqui, para falar para vocês. Inclusive, para falar que eu sei que eu não vou agradecer pelo espaço, até porque eu sei que eu nem fui convidada para vir aqui. Mas eu fiz, me convidei, estive e estou aqui.

Eu estou concluindo. Eu estou com um companheiro aqui, vizinho de carroça há bastantes anos. Nós estamos lá lutando para sobreviver. E, agora, no dia 09, nós sofremos um ataque da Zeladoria. Ah, antes disso nós tivemos várias e várias reuniões de todas as equipes multidisciplinares do município, da saúde mental, que é a responsável pelo atendimento; o CAPS que me atende e atende ele; do Consultório na Rua.

Toda essa discussão foi feita na rede de matriciamento, que tem a representação de todo o Poder Público, inclusive das pessoas que nos atendem diretamente. E lá houve uma reunião em que um dos gestores do Parque falou que, em outra reunião realizada com mais de 40 pessoas, foi decidido que os meus cachorros – que são o meu único patrimônio afetivo – seriam recolhidos pela Zoonose, porque “aquela velha suja e nojenta está emporcalhando a cidade, está fazendo barulho, está incomodando o comércio local”. Porque nós moramos na calçada do Parque. Nós estamos na frente de um quarteirão gastronômico, que é o Méqui Mil, Hakka Sushi, a rede de padarias A Quinta do Marquês, o Savana. São grandes comércios gastronômicos da cidade de São Paulo.

Esse pessoal pagou, fez reuniões; decidiu, inclusive, financiar as ações da Prefeitura para retirar, confiscar os meus cachorros. Então, dia 10 de janeiro todos os meus cachorros, que foram acusados de serem mordedores viciosos. Eles não são mordedores. Eles são muito amorosos e foram criados comigo como meus filhos. Os meus cachorros foram todos confiscados pela Zoonose e engaiolados. Segundo boatos, os meus cachorros já foram até doados, sem minha permissão.

Fora isso, no dia 09, agora, nós sofremos um ataque direto, em que veio toda a

equipe da Prefeitura, da Zeladoria da Subprefeitura de Pinheiros, da Zoonoses, que nunca tinham vindo, mas vieram para assistirem à operação com aquelas varinhas deles, e tiraram praticamente a maioria das nossas coisas essenciais. Porque tudo o que temos lá é essencial. É lixo, mas é essencial. Isso no dia 09.

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

A SRA. MARIA SOLANGE MACHADO – Eu sei, mas os senhores me desculpem.

Eu demorei para vir aqui, mas agora eu vou falar, porque se nós não barrarmos essa ação, vocês não vão barrar em nenhum setor da cidade. Lá é a Avenida Paulista. Lá não é uma avenida em que só alguns podem morar e transitar. Lá, eu ouvi, da Administração anterior, não a do Covas, mas do outro lá, que lá não é lugar desse povo. Lugar desse povo pobre é o lugar onde o povo quer estar. Lamento falar isso. Então, me desculpem, mas eu preciso falar.

Dia 11, agora, nós tivemos outra ação de ataque. Outra ação de ataque. Isso, ontem. Agora, vieram nos avisar, que hoje, novamente, nós seríamos atacados. E que, na segunda-feira, os cachorros do meu companheiro aqui, do meu amigo vizinho, também serão todos confiscados. Então, tudo nosso: as lonas, as roupas, panelas, alimentos, tudo foi retirado. Não são coisas supérfluas. São coisas de uso essencial. Então, eu quero saber da Vereadora.

Outra coisa que eu quero saber da Vereadora...

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Maria, Maria...

A SRA. MARIA SOLANGE MACHADO – Vocês falam muito de CTA.

Quem defende essa política de equipamento municipal, defende senzala. Então, você concorda em voltar para a senzala. Eu não concordo. Eu entendo que há um orçamento municipal da assistência social que é um orçamento bilionário.

Eu sei gastar dinheiro. Todos nós sabemos gastar dinheiro. E tem mais: não venham com esse tecnicismo, falando que não pode dar dinheiro para morador de rua, porque morador de rua vai gastar em cachaça e em droga. Problema dele. Mas a partir do momento em que ele assinar um contrato e receber um recurso para que ele saia da rua, que se permita a ele ter acesso a esse dinheiro e ele terá o direito de escolher onde quer morar, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Maria.

Agora, eu queria passar para o Eduardo e depois para o Raimundo.

Gente, outra coisa: é muito importante a vacinação contra a Covid-19. Toda vacinação é necessária, muito importante. Não deixem de se vacinar em nenhuma época.

Agora, vou passar a palavra para o Eduardo e, depois, para o Raimundo. Lembrando que são três minutos de fala, para conseguirmos ouvir todos e todas.

O SR. EDUARDO FERREIRA DE PAULA – Boa tarde a todas e a todos catadores; moradores em situação de rua; esta Mesa, que está maravilhosa, Vereadores novos que estão no comando, pegando a mesma caminhada dos outros Vereadores como Eduardo Suplicy e muitos outros que passaram por esta Casa defendendo a nossa luta da categoria dos catadores, dos moradores em situação de rua. E é isso: a gente vota em vocês para que vocês façam acontecer a nossa política.

Para quem não me conhece, eu sou o Eduardo, conhecido mais como Dudu Catador. Sou da primeira cooperativa de catadores de materiais do Brasil, e sou um dos cooperados mais antigos em cooperativa, o catador mais antigo do Brasil. Eu também sou um dos fundadores da Coopamare, que foi o local onde tudo começou. Quando se pensava em coleta seletiva, quando se pensava em organização de catadores, organização de cooperativa, a Coopamare estava lá. E estamos fazendo políticas públicas, nesta Casa, há mais de 30 anos.

O que eu vejo, dentro do programa voltado tanto para as pessoas em situação de rua como para a nossa categoria de catadores, é que nada mudou. Parece que tudo foi para trás. Eu já fiquei com pé na rua; já briguei; já vim a esta Câmara mais de 30 vezes participar de audiências públicas, fazer manifestos contra todas as coisas que estão acontecendo aí. O Anderson, eu conheço desde quando ele era garotinho. Ele também aprendeu um pouco na Coopamare com a gente.

E projetos e projetos de coleta seletiva; projetos e projetos de moradores em situação de rua e nada mudou. Só fica na conversa e na palavra. As políticas não mudam. Algumas coisas aconteceram, mas quase nada. Tanto os catadores como os moradores de rua não se

aproveitaram disso. Aí, como a senhora disse, que se fala muito de albergue, dessas coisas. Nós não queremos albergue. Nós queremos moradia. Não queremos as barracas. Queremos moradia. Se nós estamos na barraca é porque não temos moradia.

Então, antes de destruírem as barracas, vocês deveriam dar moradia digna para todos nós, porque têm condições para isso. Se têm projetos de prédios para bacana, para a classe média alta, tem de ter projeto também para morador de rua, tem de ter projeto para catadores. E a coleta seletiva, a prestação de serviço, tem de ser paga para os catadores, porque nós, catadores, estamos há anos e anos prestando serviço de utilidade pública para a sociedade, para o meio ambiente e para o Poder Público. Se nós puxamos as nossas carroças, porque é o que temos na mão para garantirmos o pão de cada dia, para levar comida para a nossa mesa, para os filhos. Então, fazemos uma prestação de serviço e devemos ter uma coleta digna.

Com a gestão anterior, essa questão da coleta seletiva, quando passou para as mãos da Prefeitura, até hoje não mudou. Não mudou por quê? Porque eles só pensam em habilitar, habilitar, habilitar e onde estão as cooperativas aí? Hoje, tem cooperativa em que o catador está ganhando 200, 100 reais. Como é que vamos sobreviver com isso e fazendo a coleta seletiva? Nós precisamos de apoio de prestação de serviço já. Senão a conta não fecha. A conta não fecha. Então, queremos que a conta feche com a prestação de serviço já. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Eduardo.

Vou passar para o Raimundo. Depois, será o Leandro. (Pausa) O Raimundo foi embora? Então, vou passar para o Leandro. (Pausa) O Leandro também não está presente. Então, vamos passar para o Edson. (Pausa) Daniel? (Pausa). Vamos lá, Daniel, fazer uso da palavra. Já se preparem: Carlos Augusto, Maura, Roberto, Alan, Alderon, Dona Dora e Bruna, que são os inscritos.

O SR. DANIEL – Boa tarde a todos.

Eu quero agradecer por este movimento, por estar nesse dia, essa oportunidade, uma primeira vez, nunca tive, mas estou muito contente e feliz por ser um catador, já tenho essa carreira de um tempo. E eu sinto a mesma dor que todos nós, somos todos uma família nessa

corrida, na situação de rua, tanto como os albergados e também os que estão nas barracas nas ruas.

Então, quero antes de mais nada parabenizar, agradecer esse movimento. E união, cada vez mais união, se unir, rapaziada, sempre se unir mais e mais, precisamos. Não desunir, porque a luta é grande, é muito grande, sabemos como é difícil, o sofrimento, muitas vezes ser esquecido ali – invisível, estar invisível aí na cidade.

Às vezes, somos maltratados, humilhados por uma certa sociedade que caracteriza a gente como marginal. E muitas vezes só necessitamos de um pouco mais de atenção. Temos a nossa autonomia, temos condições de batalhar, trabalhar, nós não queremos auxílio não. Morador de rua não quer auxílio emergencial não, jamais. A gente quer trabalho, quer emprego, manter nossa vida, quer ter nossa família, quer realizar nossos sonhos também. Somos seres humanos também, nem mais, nem menos que ninguém. Só queremos nossos direitos.

Então, é isso. Estou aqui agradecendo em nome de toda a população da rua, todo catador aqui.

Muito obrigado a todos. Uma salva de palmas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Zarattini) – Obrigada. Vou passar agora para o Carlos Augusto. E já se prepare, Maura. O Carlos está presente? Não. Então, vou passar para a Maura. Está presente? O próximo é o Roberto, já fica preparado.

A SRA. ELISMAURA PEREIRA DOS SANTOS – Boa tarde.

Sou linguaruda, falo demais. Vou falar logo, gente, que barbaridade. Eu sou ex-menina de rua, sou Maura Catadora, faz um tempo que eu cresci na rua e pensei que quando eu fosse dona do meu nariz, ia ter respeito.

Onde vai ter respeito quando entra a Prefeitura dentro da tua casa dizendo que eu sou acumuladora? Recebi cinco troféus como melhor recicladora. Teve um documentário na França, *Carroça 21*, Documentário (12'), recebi um Prêmio na França, aqui em São Paulo – vão tirar o chapéu para mim e eu ficar de cabeça baixa? Não. Esse daqui me ajudou de todas as formas, Bispo Catador foi buscar carroça minha na Prefeitura, na Vila Mariana. Eu sou mãe de

oito crianças, fiquei viúva aos 22 anos, foi quando aprendi a puxar carroça.

Agora chega a me dizer que sou acumuladora, que eu não posso deixar minha carroça ali, para eu ver o projeto dele, para minha carroça não poder dormir ali, para mim não conhecer outro projeto, não estudar, não fazer nada. Eu quero minha carroça parada onde eu puder parar. Tem espaço para bicicleta? Tem. Tem espaço para carro? Tem. Tem espaço para não sei o quê? Eu quero meu espaço, porque eu pago. Pago IPTU, pago água, pago luz, eu quero meu espaço. E quero que barre.

E outra coisa, estou revoltada. Quando a Prefeitura virou para o meu filho deficiente: “avisa a tua mãe que eu passei aí”. Quem é ele para falar para o meu filho deficiente que ele passou lá? É um deficiente, ele tinha que cuidar. Estou revoltada. Passou lá de novo. Mandou mensagem, Prefeitura vai levar carroça que eu ganhei do catador Lucena.

Então, estou avisando, está lá em casa, vocês vão deixar ele levar minha carroça que eu ganhei do catador Lucena, de premiação, só porque eu moro num bairro rico, na Vila Nova Conceição, que eles querem esconder os pobres debaixo do tapete. Eu não vou ficar escondida debaixo do tapete, não. Cara para bater, querido, porque eu sou mãe, não sou palhaça. Eu quero espaço, é meu, um direito. Pago imposto. E quem não gostou, me procure.

- Manifestação do público. (Palmas)

Um minuto. Que porcaria de ecoponto é esse, hein? Que porcaria de ecoponto que vocês me deram. Não posso jogar entulho lá. “Ah, não tem mais de um metro público”. Eu passei na escola para saber se tem mais de um metro público? É um lugar seco de eu jogar fora. Eu vou sair lá do Itaim Bibi, vou para um ecoponto lá do Cafundó do Judas? Isso não aceita, isso não aceita, isso não pode. Pode tudo, não pode é ficar na rua.

- Manifestação do público. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Maura, muito obrigada pela sua luta, por você compartilhar tudo isso conosco, uma ilustre presença aqui.

Quero passar para o Roberto. E depois, quem já tem que preparar é o Alan.

O SR. ROBERTO – Quero desejar uma boa tarde a todos desta Casa e pedir um

favor, pedir extremamente, que seja urgente, porque hoje não derramarei lágrimas aqui, porque existe uma política de extermínio aos povos não-brancos da cidade de São Paulo.

E quero agradecer aos povos brancos que estão empenhados em combater esse nazismo, essa política de genocídio. Que moral que o Estado tem para falar dos terroristas? Que moral que o Estado tem para falar de quem está roubando, quem está se drogando, sendo que o Estado é criminoso? Ele não tem moral nenhuma. Ele age pior do que um terrorista do Afeganistão, seja lá de qual país, porque há 400 anos vem estuprando e torturando os povos não-brancos das Américas. Não há parte que eles pisam que não levam destruição. É um absurdo. É uma vergonha que mulheres, mães, crianças, têm que sair das suas casas e habitar o Centro de São Paulo, as ruas, porque a política vê a gente invisível. Eles querem nos matar, gente. Gente, por favor, vamos nos unir, vamos abrir os olhos. Eles estão exterminando os povos que são originários desta terra.

Chega. Foram mais de 90 milhões inativos, olha o que eles fazem com a população em situação de rua. Esse Ricardo Nunes, esse Governador de São Paulo, eles têm as características, eles têm as marcas do nazismo instaurado no rosto, nas suas mãos, quando eles oprimem a população de rua, quando jogam água, quando proíbem os seus animais de andar. Eu quero bater palma para essas pessoas que estão aqui se dedicando à luta. Eu ergo o meu punho em saudação a vocês. Eu ergo o meu punho em saudação ao Dr. Regis, que pegou a briga da favela da zona Leste, porque o Prefeito Ricardo Nunes com esse Estado terrorista, criminoso, quer oferecer 600 reais de auxílio, quer acabar de matar a gente.

Por favor, pessoal, ajuda a periferia, ajuda o nosso povo do Centro, porque eles querem nos matar. Eles nos matam com água envenenada. Eles nos matam com falta de educação, com falta de saneamento básico. Eles nos matam, eles torcem para que o inverno chegue, porque eles torcem que morram, que nós morramos nas ruas. Então, chega gente, nós precisamos agir. Naquela bandeira está escrito “ordem e progresso”. Onde que tem ordem? Existe uma desordem, um regresso, porque eles estão exterminando o nosso povo.

E não podemos ficar calados. Temos que nos organizar, pedir ao STF, pedir aos

Vereadores, para convocar uma empresa de segurança armada para proteger os moradores de rua, porque senão eles vão nos exterminar. Eles vão nos matar. Eles têm matado a gente, a vontade deles é jogar preto, pobre e nordestino em alto mar para tubarão comer. Como não dá para eles fazerem isso, eles fazem como? Fazem a gente passar fome, fazem a gente ficar doente para matar a gente aos poucos.

Eu agradeço todos os Vereadores, Vereadoras, todos os Deputados, todos os senhores e senhoras que estão aqui, mas não dá para vir aqui só falar. Eu exijo das autoridades, eu exijo, porque este país também é meu, este país é nosso, devolva o que é nosso ou tomamos de assalto. Devolva o que é nosso ou nós vamos tomar de assalto, porque isso aqui é nosso. Eu exijo respeito ao nosso povo, às mulheres brasileiras. Vocês não têm vergonha, não, as autoridades do país? Mulher tem que pôr oito calças para não ser estuprada num país desse. Isso aqui é uma guerra, gente. É guerra. Vocês declararam guerra, vocês querem matar a gente.

Muito obrigado. Eu encerro minha fala aqui. Favela Maria Luiza Americana, estamos junto. Todo poder ao povo. Precisamos, irmão.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Roberto.

Queria passar para o Alan. Depois para o Alderon. Alan, você está por aí? (Pausa)
Alderon, está por aí? Depois, já prepara a Dona Dora.

O SR. ALDERON COSTA – Boa tarde, pessoal, tudo bem?

Se barraca não é lar...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALDERON COSTA – Ih, não vamos conseguir casa nunca assim. Se barraca não é lar, moradia já. Vamos ver se o Prefeito escuta isso aí.

Então, queria trazer algumas questões rápido. A primeira questão, Vereadora, eu queria solicitar a essa Comissão que transcrevesse essa ata com destaque para os encaminhamentos. E que seja encaminhado para os movimentos para acompanharmos, porque estou cansado de participar de audiência pública, e voltar a fazer outra audiência pública, outra audiência pública, outra audiência pública. Nós temos de achar instrumentos para avançar. E aí

vem essa desilusão, todo mundo que falou disse que não resolveu, não vai resolver, estão matando a gente.

Então, queria fazer esse encaminhamento para ver se descobrimos algum mecanismo com os Vereadores, Vereadoras, para avançarmos na luta, porque é guerra. É guerra. Estão matando a gente.

A segunda questão, queria pedir à Deputada, já que ela está aqui, a nossa Deputada, que é nossa agora, que a senhora nos ajudasse lá na Alesp, com a Comissão de Direitos Humanos. Vocês sabem que o Estado tem uma lei estadual, só que essa lei não está regulamentada. Então, Deputada, por favor, vamos avançar nessa pauta. Com a lei, nós não temos o Comitê Intersetorial do Estado. Está lá, inclusive, a Secretaria já tem um projeto, mas não implanta o Comitê. Não querem a participação do povo.

Então, precisamos avançar também nisso, porque o Estado não investe na política pública da população em situação de rua. Vejam: moradia. Por que não liberam cotas de moradia? Nós não queremos prédios só de morador de rua, não, nós queremos moradia onde o povo mora. O povo da rua é povo também, por que não liberam cotas do Programa de Moradia para a população em situação de rua? Então, o Pode Entrar, porque não, não é Deputado ou Vereador. Olha, já promovi, esse vai ajudar a gente aí na moradia.

Outra questão, que o tempo está indo, queria também que a gente focasse na Secretaria de Habitação. O Secretário Carlos Bezerra tem nos falado que o projeto dele é da assistência social. Concordo com ele. Tenho que concordar com ele. A assistência social é temporária, mas onde está a moradia fixa? Então, já que a lógica é essa, nós temos de ver, não sei se a Comissão, a Câmara, convocar a Secretaria de Habitação para atuar na moradia da população de rua. Não entendo até hoje, nós estamos com o Luiz Kohara aqui, que já foi assessor na Secretaria de Habitação, foi o único momento que dialogamos com a Secretaria de Habitação. Acho que foi na Gestão Marta, não sei se estou certo, o nosso Deputado, que é Ministro hoje, o Paulo Teixeira, abriu essa discussão, mas não avançamos.

Então, fica essa demanda. Nós não temos histórico de avanço na questão da

habitação. Acho que é isso que queria trazer para compartilhar e fortalecer esta audiência. Agradeço às Vereadoras, Vereadores, e principalmente agradeço a vocês, que aceitaram esse convite de estar junto hoje dos movimentos, precisamos estar unidos. E precisamos estar na rua, não é perdendo hoje, que o Prefeito não quis nos atender, que vamos desistir. Nós vamos voltar, não vamos? Quem vai voltar aqui?

- Manifestação do público.

O SR. ALDERON COSTA – Então vamos embora. Vamos organizar isso, porque a vida – eu aprendi isso com um companheiro que estava aqui com a gente – só muda com a luta. Vamos repetir junto: a vida só muda com a luta.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Alderon.

Agora, passo para a Dona Dora. E já prepara a Bruna. Já estamos encerrando essas inscrições, muito obrigada pela participação de todos e todas. E vamos voltar para a Mesa. Dona Dora, a palavra é sua.

A SRA. DORA – Boa tarde, pessoal.

Quero agradecer primeiramente ao pessoal que nos tem recebido tão bem, gostei da marmitta, estava muito gostosa.

Eu quis participar desta fala, porque queria apontar algumas coisas aqui. Eu sou moradora de albergue, agora estou numa casa de acolhida. E queria também agradecer à Chapelaria, eu estou na Rede Rua. E quero agradecer a eles, porque é uma ONG que tem me acolhido muito bem, certo?

Também queria aproveitar para que as pessoas que estão aqui, eu tenho escutado com muita atenção de que são muitos os moradores em situação de rua, uns 50 mil, por aí, foi o que escutei, um número, não é verdade. E eu estava analisando quantos havemos aqui, que estamos reivindicando alguns direitos que queremos conquistar. E penso que havemos uns mil aqui, então, queria lhes incentivar para que todas essas pessoas que estão nessa situação de diferentes formas, os catadores, os carroceiros, os que estão em albergue, os que estão em

situação de rua, pudessem se unir, porque violência só gera violência, certo? E gentileza gera gentileza.

Então, se todos os líderes deste país, ou desta cidade de São Paulo, um exemplo que temos de representantes – que são Deputados, Deputadas, e também Vereadores e Deputados, certo? Eu quero lhes incentivar para que outros líderes como eles possam se somar a eles, para quê? Para que a força seja maior, para que haja mais... a voz tenha mais peso. E que aquelas pessoas que estão nessa situação possam se unir para que possam apoiar todas estas manifestações, porque uma só não faz verão. Como falar, se um Vereador, uma Vereadora vá defender o direito daquela pessoa que está precisando, eu acho que não vá dar muita coisa, mas se todo mundo se unir, todo mundo estar aqui unido, vamos conseguir muita coisa.

Eu me solidarizo com todas as pessoas que estão em diferentes tipos de situações. Primeiro, porque estou passando por uma situação mais ou menos parecida. E, segundo, porque seria muito bom que pudéssemos conquistar os direitos que são direitos nossos e que devem ser garantidos pela lei, certo. E podê-los desfrutar, poder ter uma casa onde você tenha, não tenha que estar ninguém de trás de você falando a que horas você tem que levantar.

Eu estou em um albergue que, às vezes, não tem café da manhã. Não tem café da manhã, acabou; não tem água para banhar e fico sem banho. Então eu acho que o albergue não é a solução. Nós temos que lutar para ter uma vida melhor.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Dona Dora.

Vou passar a palavra para a Bruna e, depois, para o Edivaldo.

A SRA. BRUNA – Olá. Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar a Luna por esta audiência pública necessária.

Eu gostaria de saber com quem a gente está falando aqui. Por isso eu queria perguntar, eu cheguei um pouco atrasada, não vi a apresentação – desculpa –, mas tem alguém da SMADS?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. BRUNA – Não? Mas a SMADS foi convidada? Então esse é o primeiro ponto que eu queria colocar: como pode, nesta audiência pública, não ter a representação da SMADS? Eu falo a partir do meu trabalho no gabinete do Vereador Hélio Rodrigues, do PT, onde diariamente, assim como o gabinete da Luna, a gente atende a população de rua e os relatos são assustadores, porque é um nível de indignidade assustadora.

Eu sei que eu tenho tempo, mas eu tenho no celular alguns usuários do serviço de acolhimento, e é até difícil falar que é de acolhimento, na política de assistência social, porque os relatos são: comida azeda, café cortado, comida fria, “meus filhos com infecção”, enfim, várias famílias na mesma situação; e se não bastasse essa situação de infraestrutura, de comida etc., sobre a questão do atendimento dos trabalhadores, também são muitas as reclamações de situações de assédio, de situações vexatórias que a população em situação de rua passa nesses serviços.

Então eu queria dizer que me impressiona a ausência da Secretaria de Assistência Social aqui. Quero dizer que na segunda-feira, o Vereador Hélio Rodrigues tem agenda com o Secretário Carlos Bezerra, inclusive vou cobrar essa ausência nesta audiência pública, sobretudo diante dos casos severos de violações que estão acontecendo nos serviços socioassistenciais.

Claro, sem dúvida, a questão da habitação é a luta, é um direito, mas, como defensora do sistema único de assistência social, eu não posso deixar de dizer o quanto é importante a gente lutar pela dignidade dentro dos serviços da política de assistência social.

E agora a Secretaria de Assistência Social passa a gerenciar alguns serviços, como os hotéis sociais, que estão vinculados diretamente ao gabinete do Secretário. Então, eu me pergunto: onde está o sistema único de assistência social? Quem é que faz a gestão de parceria desses serviços? Porque é angustiante atender a população e não ter canal de escuta dentro da própria Secretaria. Não consigo encontrar alguém, nem o próprio gabinete da SMADS sabe me responder onde eu encaminho as reclamações, além da ouvidoria do 156. É muito angustiante ver a população calada, nesse sentido.

E eu queria dizer que eu gostei muito da fala – acho que é da Dona Maria – que disse assim: “Não tem crise de humanismo quando não há humanismo. Eu sinto que a gente está voltando para a senzala”. E eu, quando atendo as pessoas em situação de rua, também sinto que as pessoas estão vivendo em serviços públicos muito semelhantes a senzalas, cheio de pragas, com comida azeda e sem nenhum nível de dignidade.

Então, muito me assusta estar aqui dialogando com vocês, mas sem a presença da SMADS. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Bruna.

Vou passar para o Edivaldo e o último inscrito é o Roberto.

O SR. EDIVALDO – Boa tarde.

Meu nome é Edivaldo. Fui um dos moradores que morou mais de 30 anos na rua, passei por milhares de equipamentos. Eu vi o sofrimento, eu vi o assédio moral que a rua sempre levou dentro de equipamentos. E quando a gente ia reclamar: “Não, você agrediu funcionário. Você ofendeu o funcionário”, e, nessa hora, era desligado. Aí a gente não tinha voz.

Então, eu sempre lutei, sempre lutei com o movimento e sempre lutei dizendo que a capacitação desse funcionário tem que ser feita pelos movimentos sociais, os movimentos que estão na frente, que lutam. Entendeu? Não adianta esses grupos, esses equipamentos ter essas entidades para colocar, ser cabide de emprego. Só trabalha pessoa conhecida. “É amigo meu, então você vai trabalhar”. E não tem formação nenhuma.

E eles querem tutelar a gente e calar a nossa boca. E falando, até a Índia me lembrou, eu estou fazendo isso porque a Índia me lembrou. A gente tem 11 prédios, onde estão os 11 prédios? Entendeu? Temos 11 prédios para a população de rua e onde estão esses 11 prédios, para moradia? Entendeu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDIVALDO – Não, porque está abandonado, vai ocupar mesmo.

Então a gente precisa relutar, brigar e saber direito, porque estão tomando a nossa barraca, estão tirando a gente da rua para colocar em outro lugar, em outro buraco. Fizeram uma

cova. Eles estão tirando barracos, em alguns lugares, e estão fazendo covas para não colocar as barracas de volta. Fizeram isso na Lapa. Entendeu?

Então se está preocupado com as barracas, vamos rever habitação, essas 11 moradias, esses 11 prédios que existem. Porque é direito nosso, é nosso. Outra coisa, eu como conselheiro, fiquei bobo, liberamos 50 milhões para o estado. O Conselho Estadual está revoltado. Os 50 milhões para os hotéis, eles só usaram 21 e reconduziram os 29. E o Conselho está chamando agora a Secretaria de Assistência Social e também pedi para chamar a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho.

Então é isso. Porque foram liberados 50 milhões e esse dinheiro não foi usado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Edivaldo.

Agora vou passar para o último inscrito, Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA – Boa tarde a todos os companheiros, companheiras, Vereadoras, Vereadores, Deputadas.

Eu sou Roberto Rocha. Faço parte do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras e também de uma associação chamada Ancat, Associação Nacional de Catadores.

Como o Alderon colocou aqui, acho que chegou a hora. Na verdade, a gente participa tem muito tempo de audiências públicas, na Câmara, com esse tema. Fico muito contente em revigorar as energias na rua. Hoje, nós fomos para a rua, colocamos a nossa cara na rua. Quanto tempo nós não fazíamos isso, catadores e população em situação de rua. Mas precisamos, agora, acho que a indignação que foi colocada aqui, é uma indignação também minha e estou muito contemplado com essa indignação e ela precisa se tornar políticas públicas, de fato.

E tem muitas políticas públicas que já existem aqui nesta Casa de Leis, mas precisam ser resgatadas pelos Vereadores e Vereadoras, pelas Comissões e pelos próprios Movimentos, debatendo com os Movimentos. Elas precisam andar, precisam caminhar.

Eu cito um dos catadores e catadoras de material reciclado que ela é urgente, que é a prestação de serviço pelo pagamento do seu trabalho na cidade de São Paulo. Os catadores

e catadoras exercem um trabalho enorme na cidade de São Paulo e não recebem um centavo por esse serviço, pelo contrário, só recebe o lixo, que é o lixo mesmo, porque o material nem é separado de forma correta. A gente sabe disso, a gente vê diretamente os trabalhos acontecendo.

Os catadores autônomos precisam ser vistos, de fato, como trabalhadores da cidade. Não podemos mais ter situações de apreensão das carroças, pelo contrário, a Prefeitura deve fazer políticas públicas para garantir carroças automatizadas, né, Pimp My Carroça? (Palmas)

Então esses pontos de políticas públicas são a necessidade hoje na cidade de São Paulo, senão nós não vamos mais fechar as contas. E nós, catadores e catadoras e moradores em situação de rua, nós estamos passando uma situação muito difícil neste momento, a nossa conta não está fechando. Nós estamos tendo importação de material, em vez de comprar o material dos catadores. Olha a que loucura nós estamos chegando. Os materiais estão sendo importados e a indústria deixou de comprar de nós, catadores, e nós não temos políticas públicas que barrem isso.

Então há necessidade, com muita urgência, muita urgência mesmo, das políticas públicas acontecerem nesta Casa, acontecerem na cidade de São Paulo. No dia 7 de junho, será o Dia Nacional de Luta dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável. E nós convidamos aqui cada catador, cada catadora de material reciclável para fazer parte, mais uma vez, dessa grande marcha.

E, dessa vez, se o Prefeito não nos atender, nós vamos dormir, ficar até que o Prefeito nos atenda para que realmente os catadores e a população de rua seja atendida.

Muito obrigado a todos e a todas. Parabéns por toda essa manifestação e por todo esse trabalho no dia de hoje. Valeu. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Roberto.

Agora, vou passar para os representantes das Secretarias, mas antes disso, eu vou ler rapidamente as perguntas que são importantes para eles responderem, para ficarem registradas. Nós vamos enviar esses questionamentos para as Secretarias e, depois, nós vamos

publicar a Ata, a carta, no *Diário Oficial*, e vamos tentar buscar reunião com essas Secretarias e com o Prefeito.

Perguntas:

– Qual é o papel da Secretaria Municipal das Subprefeituras nas ações de zeladoria urbana?

– A Secretaria Municipal das Subprefeituras possui dados sobre ações de zeladoria urbana?

– Quais os números de contra lacres ou registros e a que tipo de objetos se relacionam em cada Subprefeitura, nos últimos 12 anos, discriminados mês a mês.

– Por que a Secretaria, em conjunto da SMDET, não abre frente de trabalho baseadas nos 121 ecopontos sob sua jurisdição, a fim de gerar renda para a população vulnerável e reduzir os mais de mil pontos de descarte irregular de resíduo? Muitos ao lado dos ecopontos e já mapeados.

- No conhecimento da zeladoria que possui essa Secretaria, qual a razão de existirem tantos pontos viciados de descarte, no entorno dos ecopontos? Qual o plano para mudar essa dinâmica?

Em relação à Sub da Sé:

- Por que as praças da região central têm sido gradeadas após a revitalização?

- Por que o cronograma de ações de zeladoria urbana não é divulgado?

- Qual o objetivo de gradear a Praça da Sé?

- Por que a tenda de atendimento emergencial, para o período de baixas temperaturas, foi tirada da Praça da Sé, mesmo sendo o local com mais atendimentos?

- Qual o procedimento administrativo aplicado em casos de violação de direitos em ações de zeladoria urbana, por agentes da Prefeitura ou contratados pela Prefeitura?

- Quantos agentes foram afastados nos últimos 12 meses por procedimentos administrativos aplicados em caso de violação de direitos em ações da zeladoria urbana?

Para SMADS:

- A SMADS mantém alguma interlocução com a Secretaria Municipal de Subprefeituras, ou com as Subprefeituras, com as ações de zeladoria urbana?

- A SMADS mantém o mapeamento de quais Subprefeituras repassam os cronogramas de zeladoria urbana para abordagem prévia por senhas? Se sim, quais?

- O que é feito para capacitar os agentes de SEAS sobre a legislação relativa à zeladoria urbana?

Agora, para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, mais cinco perguntas:

- Existe monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos feito pela Ouvidoria de Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania?

- Quais denúncias de violações de direitos em ações de zeladoria urbana foram recebidas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, nos últimos 12 meses?

- Como a Secretaria trata as denúncias?

- Como têm sido realizadas as formações dos agentes públicos que atuam nas ações de zeladoria urbana? Quantas formações foram realizadas no último período?

- Por que não são realizadas formações com todos os funcionários que realizam zeladoria urbana antes destes estarem atuando nas ruas?

Agora, eu passo a palavra aos representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Muito obrigada pela presença.

A SRA. LUIZA RABINOVICI TROTTA – Boa tarde.

Eu sou Luiza. Estou como Coordenadora de Políticas para a População em Situação de Rua, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Primeiramente, eu quero cumprimentar todos da Mesa, todas as pessoas presentes, todos os Movimentos, os representantes do Comitê PopRua, que estão presentes.

Quero dizer que é muito importante a gente estar aqui hoje discutindo essa temática. Sobre os questionamentos relativos à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, é importante salientar que a gente está falando sobre zeladoria urbana e tem um decreto municipal, que é o

Decreto 59.246/2020, que estabelece os instrumentos, a forma como a zeladoria urbana tem que ser executada no município de São Paulo, em áreas de grande concentração de pessoas em situação de rua.

É importante dizer desse Decreto, é claro que a gente ouve as falas, ao longo da audiência, mas é importante dizer que esse instrumento normativo é muito importante e foi construído com o Comitê PopRua, que é o Conselho Municipal da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Acho que esse é um ponto bastante relevante, antes de eu entrar propriamente nos questionamentos que a Vereadora fez. E também salientar que ligado ao Comitê PopRua, a gente tem o Subcomitê de Zeladoria Urbana. Ele acontece em todas as últimas quartas-feiras do mês, às 15 horas. Se vocês não recebem os comunicados das reuniões do Comitê PopRua e do Subcomitê de Zeladoria Urbana, podem me procurar, ao final da audiência, que eu pego o *e-mail* de vocês, para que vocês possam receber as convocatórias ou a gente pega o meio de contato para que vocês possam receber essas convocatórias e também participarem dessas reuniões, e a gente poder pensar conjuntamente em relação à zeladoria urbana na cidade de São Paulo.

Acho que o Alcyr vai falar mais sobre a questão do monitoramento de denúncias e das denúncias propriamente ditas, mas o Subcomitê de Zeladoria Urbana possui um monitoramento das denúncias. Então, são as denúncias recebidas pelo Subcomitê de Zeladoria Urbana, pela Ouvidoria de Direitos Humanos, que acaba nos notificando. A nossa unidade móvel, Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, coleta as denúncias e a gente acaba tendo acesso, considerando que a Ouvidoria nos notifica, e também a gente recebe as denúncias pelos nossos canais privados, que acaba chegando tanto para a equipe da Coordenação e também pelo nosso *e-mail*.

Então, tem o monitoramento dessas denúncias, nos últimos anos, e a gente sempre discute isso nas reuniões do Subcomitê de Zeladoria Urbana. A gente tanto apresenta esse monitoramento quanto vai atualizando, nessas reuniões, quais foram as devolutivas que a gente teve em relação às denúncias que foram formalizadas.

Além disso, o Subcomitê de Zeladora Urbana tem o papel importante de estabelecer formações para os agentes que atuam na zeladoria urbana e também com os agentes que atendem à população em situação de rua no município de São Paulo. Eu vou trazer alguns dados das últimas formações.

Falando um pouco sobre as formações de zeladoria urbana, a gente sempre tenta chamar algum conselheiro do Comitê PopRua para participar desse espaço. Na verdade, em todas as formações da coordenação a gente entende que isso é de suma importância.

A formação tem o objetivo de apresentar o perfil da população em situação de rua, de acordo com o censo, os dados que a gente tem e que são produzidos pela Secretaria de Assistência, e também de tratar sobre o decreto, sensibilizar sobre o atendimento, os cuidados e os direitos dessa população em ações de zeladoria urbana.

Em 2021, foram 250 pessoas formadas, sendo SEAS e supervisores da região da Mooca, Lapa e Sé. A gente entende que é importante também formar as equipes que atuam com população em situação de rua, principalmente pensando SEAS e Consultório na Rua, que são as equipes que fazem os atendimentos em logradouros públicos, efetivamente na rua. É a equipe que tem vínculo com essa população e que pode, no dia a dia, sensibilizar e orientar sobre os direitos dessa população em relação ao Decreto. A gente entende como fundamental essa ferramenta e tem tentado investir nessas articulações para além das Subprefeituras, que a gente acaba tendo um pouco mais de dificuldade de conseguir executar as formações.

Em 2022, foram 360 GCMs formados, guardas civis metropolitanos. Foi uma formação ampliada, que foi de toda a Secretaria de Direitos Humanos, todas as coordenações fizeram essas formações os guardas com os módulos específicos atrelados às temáticas relacionadas à Secretaria de Direitos Humanos. A gente fez formação também para 45 policiais civis e 50 agentes e supervisores das Subprefeituras de Santana/Tucuruvi, de Vila Maria/Vila Guilherme e de Pinheiros.

Neste ano, a Coordenação ainda não conseguiu fazer formações, mas a gente está nessa articulação tanto com as Subprefeituras e com as equipes de SEAS e de Consultório na

Rua. Além disso...

É uma pena. Eu deveria ter deixado os nossos folhetos e informativos, um material que foi produzido pelo Comitê PopRua com a Coordenação que orienta sobre os direitos da população em situação de rua em ações. Se vocês quiserem retirar aqui, a gente pode disponibilizar também por meio da Coordenação. A gente está reformulando esse folheto para ficar mais fácil de... porque ele não dobra, então pensar num modelo de folder para ser mais acessível, e pensando numa linguagem de um folheto destinado para a população em situação de rua e um folheto direcionado para os agentes.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUIZA RABINOVICI TROTTA – Sim. A gente pode, ao final da...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUIZA RABINOVICI TROTTA – Ao final da reunião, a gente pode conversar um pouco melhor, eu me disponho para a gente conversar.

Agora, eu vou passar para o Alcyr falar um pouco mais especificamente sobre as denúncias, como elas são tratadas.

Obrigada a todas, todos e todes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Luiza. Agora, o Alcyr.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Boa tarde a todas, todos e todes.

Aproveito para saudar todo o Legislativo na pessoa da Vereadora Luna. Saúdo os movimentos na pessoa do Anderson.

Passando para as respostas. No ano passado, 2022, quando o Comitê foi reformulado, criou-se o Subcomitê de Zeladoria, a gente estabeleceu um diálogo muito próximo do Subcomitê com a Ouvidoria, que passa a ter esse papel; já tinha antes, mas a gente entende que a gente afinou esse fluxo de ter o papel de receber as manifestações e iniciar esse fluxo, é uma das portas que recebe.

Para tornar mais fácil o monitoramento, a gente criou um serviço, Denunciar Violação de Direitos Humanos da População em Situação de Rua em Ação de Zeladoria. É um nome

comprido, mas, desculpa, a gente não conseguiu fazer nenhum melhor. Esse serviço pode ser solicitado, quer dizer, pode ser feita essa denúncia tanto no *site* SP 156, no telefone 156 ou nos Núcleos de Direitos Humanos.

A gente tem 11 Núcleos de Direitos Humanos, um aqui no Centro, São Miguel, São Mateus, Penha, Santana, Jabaquara, Capela do Socorro, Campo Limpo... Eu estou esquecendo algum. Butantã, eu sempre esqueço do Butantã. Nos Descomplicas, então, é possível procurar atendimento presencial nesses pontos. E é possível fazer a denúncia também por telefone ou por *site*.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Isso.

O que acontece quando a gente recebe essa denúncia? A denúncia é analisada pela nossa equipe da Secretaria, que vai autuar um procedimento administrativo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Acontece.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Acontece.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Acontece.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Deixe terminar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Gente, eu estou falando da zeladoria.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Gente... Pessoal... Pessoal...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – É preciso que eles terminem a fala para a gente, depois, fazer qualquer questionamento.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pessoal, pessoal...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pode continuar, Alcyr.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Em números gerais, desde que a gente criou esse serviço, a gente recebeu 49 protocolos de denúncias de ações de zeladoria e foram feitos sete atendimentos presenciais. Infelizmente, boa parte desses protocolos foi indeferida de pronto porque, na verdade, eram pedidos de pessoas que não eram pessoas em situação de rua, para que houvesse a remoção de pessoas em situação de rua. Esse é um volume grande, de 20% a 30%. Isso, na resposta, a gente detalha melhor com planilha.

A gente também criou – e aí os cidadãos podem pesquisar, a Câmara pode pesquisar – um tipo de processo SEI, então todos os processos de denúncia de ação de zeladoria são pesquisáveis por um tipo, que é denúncia de violação de direitos humanos da população em situação de rua em zeladoria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Isso. Eu entendo. É o meu próximo ponto de fala.

O que a gente vê...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Deixe explicar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Deixe explicar.

Então a Ouvidoria abre esse processo e aí a gente passa para os órgãos de apuração, é cientificado o Subcomitê, são pedidas informações complementares para a Subprefeitura e esse fluxo caminha para a Corregedoria Geral do Município que às vezes abre procedimento disciplinar, às vezes não.

O que a gente encontra como o maior desafio nesses processos? A questão probatória. Muitas vezes no processo não tem elementos probatórios suficientes para enfrentar

uma negativa de que algo aconteceu. Eu tenho casos em que eu mesmo atendi uma pessoa, registrei, montei o processo e resposta veio simplesmente que não houve ação de zeladoria naquele local e a gente não tinha nenhum elemento probatório para questionar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Isso. Então...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Isso. Então é isso, é importante juntar isso e organizar essas informações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – Então, acho que terminando isso, eu adotei os três pontos. Existe o monitoramento, qual é o tratamento...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALCYR BARBIN NETO – E quais denúncias a gente complementa depois.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Alcyr.

Eu queria saber se o Sr. Luís Arruda quer falar, representando da Sub Sé. Caso não tenha uma inscrição...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Bom, então...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Não tendo mais inscritos...

O SR. LUIZ ARRUDA – Desculpe, desculpe. Arruda falando aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pode falar, Sr. Arruda.

O SR. LUIZ ARRUDA – Pois não. Boa tarde.

Muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência em nome da Subprefeitura Sé.

Eu gostaria de esclarecer que a questão da pessoa em situação de rua nos atinge a

todos, somos todos solidários a essa questão. É uma questão social extremamente relevante e o Subprefeito da Sé e o Prefeito da cidade de São Paulo estão sensíveis a esse problema, obviamente. Não é um problema que surgiu agora, é uma situação que vem se prolongando no tempo, por várias razões.

Nós não podemos tratar ou abordar a pessoa situação de uma rua de maneira monolítica. Tem famílias que estão indo para rua por perda de emprego; tem pessoas egressas de estabelecimento prisionais que não conseguem trabalho; tem migrantes e imigrantes; tem inclusive pessoas praticando atos de delinquência na rua, o que é inegável, tráfico de drogas, furtos.

De qualquer maneira, a missão da Subprefeitura, em primeiro lugar, é proteger as pessoas. Nós não estamos em nenhum momento, nas ações, apreendendo documentos, apreendendo bens pessoais e animais. Só são apreendidos quando há denúncias de outros moradores, que já ocupavam o espaço, de animal agressivo. Isso nós temos que atender todos os munícipes, os que estão morando temporariamente na rua e os que não estão morando na rua. O papel da Subprefeitura é atender todo mundo.

A Praça da Sé, todas as tentativas de coordenar a Praça da Sé não foram bem-sucedidas porque havia furto de grama, havia destruição de jardins, então o gradeamento temporário da Praça é para permitir que a intervenção tenha o mínimo de tempo para poder se fixar, porque senão há o trabalho de enxugar gelo, a gente reforma a Praça hoje, amanhã está toda destruída de novo, e não necessariamente por morador em situação de rua. Nós temos vários problemas de furto de grama, furto de... destruição de muro, etc.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ ARRUDA – De qualquer maneira, eu me coloco à disposição.

Estou chegando agora na Subprefeitura. Peço a todos que queiram saber minha história de vida, que pesquisem, para saber como é a minha relação com pessoas vulneráveis. Portanto, eu tenho um histórico para falar sobre minha relação com pessoas em situação de vulnerabilidade e estarei, a partir de agora, à disposição de todos para, quando for designado a

participar de reuniões... Hoje, eu recebi por Teams, mas na próxima reunião, estarei presencialmente.

Naturalmente, nós queremos construir com lideranças...

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Está sem som. Arruda, não estamos mais te ouvindo.

O SR. LUIZ ARRUDA – Ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Agora sim. Você pode encaminhar já para o encerramento da sua fala?

O SR. LUIZ ARRUDA – Pois não, pois não.

De qualquer maneira, nós estaremos à disposição para construir juntos, com as lideranças do Movimento e com os políticos que têm sensibilidade para essa questão, soluções democráticas que atendam às necessidades de todos em toda a cidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – O.K.

Agora só lendo os encaminhamentos. Nós vamos enviar os questionamentos que foram trazidos, pegar o que foi respondido pelas Secretarias, vamos publicar a carta, a ata no *Diário Oficial*, mas principalmente nós vamos pedir e solicitar uma reunião com o Prefeito porque, como a gente viu aqui, não é possível que Secretarias, Subs tenham diversos entendimentos sobre algo que a gente sabe que deveria ser tratado de uma maneira humana, solidária, que é a população em situação de rua.

Então nós vamos juntar todos os encaminhamentos, agradeço por todas as falas, colocações, agradeço também às pessoas que vieram aqui, se organizaram, estão em luta pelos direitos humanos. Quero agradecer a presença de vocês e dizer que esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania – que já foi presidida pelo nosso querido Deputado Estadual Eduardo Suplicy, que já foi presidida pela nossa querida Deputada Federal Erika Hilton e que hoje eu estou presidindo – está à disposição para responder sobre as questões de direitos humanos, sobre a luta por uma cidade mais justa, mais igual e que nós vamos acompanhar tudo que foi

trazido aqui e dar respostas. Muitas das pessoas aqui já têm uma história de luta muito grande, já estão lutando há muito tempo e espero que tenham respostas e, principalmente, que a gente consiga mudar a nossa cidade. Contem comigo nessa luta, contem com o nosso mandato, nossa equipe.

Queria agradecer demais ao pessoal da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania que fez possível esta audiência pública, agradeço a presença de vocês e dizer que estamos juntos, vamos que vamos; agradeço a presença dos movimentos sociais, dos movimentos da população em situação de rua, dos movimentos das catadoras, dos catadores. Vamos construir uma agenda de fato, de uma cidade que a gente quer, não a cidade que é vendida.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Declaro encerrada a audiência, mas estou aqui à disposição para ouvir todos que quiserem trazer questões.
